

# G IZ

REVISTA DO  
SINDICATO DOS  
PROFESSORES  
DE SÃO PAULO



# EDUCAR, RESISTIR, LIBERTAR

EDIÇÃO 05 OUTUBRO/2025  
ISSN: 2525-6394



9 772525 639003

## Memória Viva

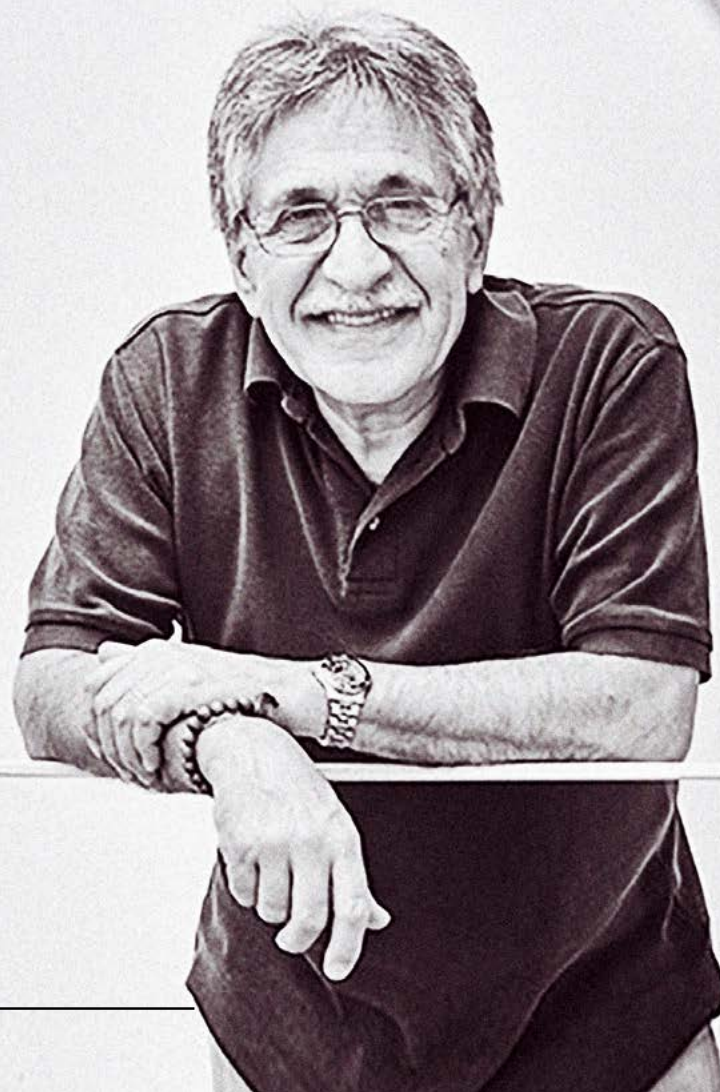
A utopia de Paulo Freire  
em nossas mãos

## SinproSP, 85 anos

De luta em luta, uma  
conquista atrás da outra

SINPROSP **85** ANOS

# Mestre José Salvador Faro



★ 14/02/1947

☞ 29/09/2025

© NEUSA BASTOS / ACERVO PESSOAL

**E**ra uma terça-feira luminosa de agosto e o auditório do SinproSP se inundou de ternura: ali estava Nita Freire, companheira de vida e agora guardiã do legado do educador e filósofo pernambucano Paulo Freire, o patrono da educação brasileira.

Convidada por José Salvador Faro, coordenador editorial da GIZ, a participar de debate para o qual estavam igualmente convocados os professores Jorge Claudio Ribeiro e Martinho Condini, estudiosos da obra do mestre, Nita nos comoveu a todos pela fala competente, engajada, lúcida e amorosa sobre as andanças pedagógicas do marido, intelectual de renome internacional e semeador de autonomia, resistência e civilidade.

O que se desenhou ali, naquela noite mágica, você pode conferir nesta edição, nas seções *Nossa Capa* e *Memória Viva*.

Uma linha do tempo traçada de forma didática e esmerada pelas professoras Sandra Caballero e Rita Fraga nos convida a percorrer a história do trabalho humano que engendrou organizações de classe criadas e mantidas pelos trabalhadores - os sindicatos, que protagonizaram a luta por direitos nas esferas política, social e econômica: salários, regramentos e condições laborais dignas, descanso sagrado e tempo livre para se cultivar.

Mais que isso: garantia de igualdade entre homens e mulheres, luta contra trabalho infantil e trabalho análogo à escravidão, liberdades democráticas, defesa da Democracia, da soberania, da cidadania - ou seja, pautas que nunca se esgotam, como bem sabemos, e bandeiras de primeiro naipe na vida dos sindicatos de trabalhadores. Todo esse percurso histórico está devidamente registrado na editoria *Trabalho*.

Uma densa reflexão sobre o papel da categoria docente frente ao novo marco regulatório do ensino à distância na Educação Superior (Decreto nº 12.456, de 19 de maio de 2025), produzida pelo professor Iberê Moreno especialmente para esta edição da GIZ, é leitura imprescindível aos professores, pesquisadores da educação, estudantes, entidades de classe e movimentos sociais, dada a atualidade e complexidade do tema.

O artigo esclarece aspectos técnicos deste marco legal e, ao mesmo tempo, oferece pistas para uma leitura crítica do processo: hoje, a maior parte das matrículas no ensino

superior está concentrada na EaD por conta da expansão desenfreada dessa modalidade, nos últimos anos.

Longe de ser solução ideal, trata-se de uma primeira resposta necessária para refrear o interesse financeiro que atravessa grande parte das instituições de ensino superior privadas, defende o autor.

Seu argumento, aliás, irreparável, é o de que “com menos de 1/4 do ensino superior brasileiro sendo presencial e apenas quatro a cada 100 universitários estarem no setor público, a responsabilidade da docência do ensino superior privado na formação da vasta maioria da população é imensa.” Todas essas considerações estão claramente expostas no texto do professor Iberê, na editoria *Educação*.

Quanto ao *Dossiê*, só tenho a dizer que se trata de um presente que nosso coordenador editorial oferece ao SinproSP, nos seus 85 anos: o resgate de algumas memórias que iluminam e dão substância eterna à história das professoras e dos professores da rede particular de ensino de São Paulo.

Faro provocou, de caso pensado, um encontro entre Fábio Zambon, Luiz Antonio Barbagli, Augusto César Petta, Ricardo Gebrin e eu, que resultou em depoimentos que desenharam a trajetória do SinproSP a partir dos anos 1980, com o país a caminho da redemocratização e em busca de um novo momento político, econômico e social.

Tais lembranças confirmam que, mais que testemunhas oculares de algo que se projetou no tempo, fomos, enquanto categoria, agentes de transformação e de garantia de direitos – compromisso que o SinproSP vem honrando até hoje e que é imperativo que assim o seja também em tempos futuros.

Por fim, em nome de toda a diretoria do SinproSP, registro aqui um profundo agradecimento a todas e todos que dedicaram seus talentos na construção de mais esta edição da GIZ, em especial ao professor José Salvador Faro, o regente desta orquestra.

Ouso dizer que as páginas desta revista conseguiram revelar, com precisão, a alma do nosso Sindicato: *Meu nome é tumulto, e escreve-se na pedra*. A frase é do Drummond. Boa leitura!

CELSONAPOLITANO, *Presidente do SinproSP*

DIRETOR  
Celso Napolitano

COORDENADOR EDITORIAL  
José Salvador Faro

COORDENADORA DE COMUNICAÇÃO  
Ana Luisa Zaniboni Gomes

ASSISTENTE EDITORIAL  
Karen Ramos - Jornalista responsável (MTb 0094586/SP)

DIREÇÃO DE ARTE E DIAGRAMAÇÃO  
Alessandro De Toni

#### CONSELHO EDITORIAL

Daniel De Thomaz  
Iberê Moreno Rosário e Barros  
Madalena Guasco Peixoto  
Maria Elizabeth Vespoli  
Milena Buarque  
Nancy Casagrande

Neusa Barbosa Bastos  
Osvaldo Souza Santos  
Patrícia Paixão  
Sandra Caballero Chagas  
Silvia Celeste Barbara  
Thadeu Almeida

---

A REVISTA GIZ é uma publicação semestral do  
Sindicato dos Professores de São Paulo. ISSN : 2525-6394  
Os textos assinados não necessariamente refletem a opinião do veículo.

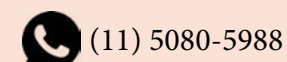
---



Rua Borges Lagoa, 208 - Vila Clementino,  
São Paulo, SP - CEP 04038-000



Aponte a câmera  
do seu celular para o  
QR code e acesse:  
[www.sinprosp.org.br](http://www.sinprosp.org.br)



# 05

EDIÇÃO  
OUTUBRO DE 2025

# GIZ

REVISTA DO SINDICATO DOS  
PROFESSORES DE SÃO PAULO

- EDITORIAL Mais uma edição histórica  
CELSE NAPOLITANO **Pág. 03**
- COLABORADORES Quem contribuiu para esta edição  
**Pág. 06**
- NOSSA CAPA A utopia de Paulo Freire em nossas mãos  
JOSÉ SALVADOR FARO **Pág. 08**
- MEMÓRIA VIVA Paulo Freire, cenas de memória e  
aprendizados  
JORGE CLAUDIO RIBEIRO **Pág. 10**
- MEMÓRIA VIVA Interfaces da educação libertadora de  
Dom Helder Camara e Paulo Freire  
MARTINHO CONDINI **Pág. 20**
- DOSSIÊ 85 anos é muito... ou é pouco?  
JOSÉ SALVADOR FARO **Pág. 30**
- TRABALHO Sindicatos: que história é essa?  
SANDRA CABALLERO CHAGAS  
e RITA FRAGA **Pág. 34**
- EDUCAÇÃO Educação como mercadoria brasileira?  
A invasão do capital estrangeiro nas  
Instituições de Ensino Superior no Brasil  
IBERÊ MORENO **Pág. 42**

# SUMÁRIO

# COLA BORA DO RES

**CELSO NAPOLITANO ▶**  
Presidente do SinproSP  
e da Fepesp.  
*Memória Viva e Dossiê*



**◀ LUIZ ANTONIO BARBAGLI**  
Vice-presidente do SinproSP.  
*Dossiê*

**FÁBIO EDUARDO ZAMBON ▶**  
Professor de Física do Ensino  
Médio e diretor do SinproSP.  
*Dossiê*



**◀ AUGUSTO CÉSAR PETTA**  
Sociólogo, coordenador  
técnico do Centro de  
Estudos Sindicais (CES).  
*Dossiê*

**RICARDO GEBRIM ▶**  
Advogado, coordenador  
do Departamento  
Jurídico do SinproSP.  
*Dossiê*



**SILVIA BARBARA ▶**  
Professora de Geografia  
do Ensino Médio e  
diretora do SinproSP.  
*Dossiê*



**NITA FREIRE ▶**  
Pedagoga, doutora em  
Educação pela PUC-SP.  
*Memória Viva*



**JORGE CLAUDIO RIBEIRO ▶**  
Jornalista, escritor,  
professor e publisher.  
*Memória Viva*



**◀ MARTINHO CONDINI**  
Professor e membro  
do Instituto Popular  
Paulo Freire (IPPF).  
*Memória Viva*



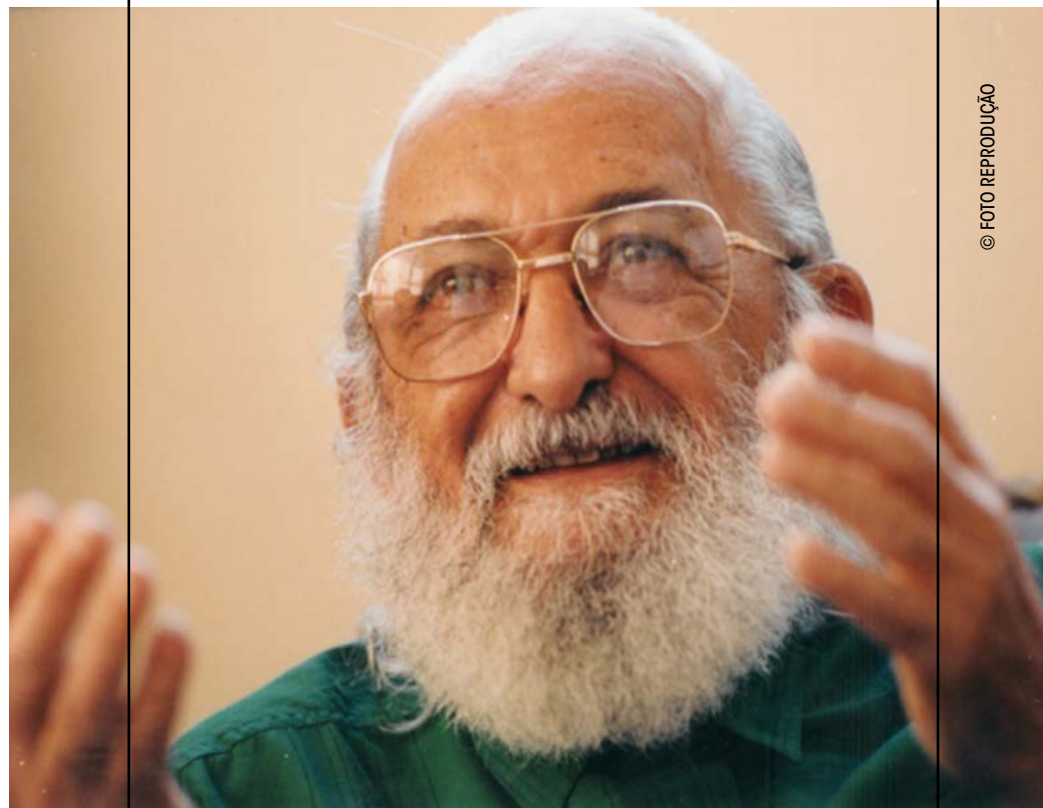
**◀ SANDRA  
CABALLERO CHAGAS**  
Professora de Sociologia  
do Ensino Médio e  
diretora do SinproSP.  
*Trabalho*



**◀ RITA FRAGA**  
Professora de  
Educação Infantil e  
diretora do SinproSP.  
*Trabalho*



**◀ IBERÊ MORENO**  
Professor universitário  
de História Política e  
diretor do SinproSP.  
*Educação*



© FOTO REPRODUÇÃO

Paulo Reglus Neves Freire  
(1921, Recife; 1997, São Paulo)

# A utopia de Paulo Freire em nossas mãos

Paulo Freire é um dos mais importantes nomes da intelectualidade brasileira que se formou na esteira do pensamento modernista da primeira metade do século XX. Uma geração cujos projetos de revisão dos fundamentos das várias áreas da vida nacional se estenderam além dos limites do tempo em que seus integrantes viveram. Uma geração marcada pela inquietação sobre as bases em que se assentavam todas as áreas do país. Entender a essência da formação brasileira e modificá-la, retirando-a das determinações impostas por sua herança

colonial e pela estrutura complexa que a caracterizava; parece ter sido esse o desafio que esteve (e ainda está) no centro das tensões que o Brasil vive desde a aceleração da modernidade urbana e do declínio das oligarquias na Primeira República. É o cenário onde se assentam os fundamentos históricos da pedagogia freireana.

O ponto de partida dessa proposta é o entendimento do papel que a Educação tem como dispositivo de poder exercido secularmente pelas elites brasileiras; uma Educação defasada do tempo de sua origem no pensamento

iluminista e liberal europeu, mas implementada como elemento de regulação e controle de uma sociedade estamental dominada por uma aristocracia agrário-exportadora e escravocrata cujo objetivo era garantir que a escola fosse a reprodução desse sistema. Uma educação ornamental e formalista. Como lembra bell hooks, para Freire, “uma educação como prática para a liberdade é aquela que supera (...) a cisão entre o corpo e a mente”. O que se conhece é aquilo que se vive: uma relação dialética entre o ser e a consciência do ser, de onde o fundamento ontológico da “Pedagogia do Oprimido” ou da “Educação como Prática da Liberdade”, dois títulos fundamentais da obra de Freire: no lugar de uma prática pedagógica que oprime e aliena, uma pedagogia que emancipa o indivíduo, transformando-o no núcleo da sua consciência e no agente de superação da sua condição social subalterna.

Em suas obras e em suas práticas, pela disposição em transformar a realidade educacional do país, Freire acabou dispondo para a sua e para as futuras gerações um programa de ação que envolve tanto a experiência existencial do educador na sua relação com o educando, respeitando-o na sua autonomia intelectual, quanto a própria experiência deste último que se percebe como sujeito ativo do aprendizado. Com Paulo Freire caminha para a superação da dicotomia entre o saber e o ensinar, entre o conhecer e o viver. Não terá sido por outros motivos que esse projeto, desde os anos 1960, transforma-se em roteiro de mudança da realidade educacional brasileira e em núcleo que questiona as próprias bases das estruturas de poder que a ‘velha’ escola reproduzia.

Não é preciso ir longe para encontrar as causas dessa sistemática rejeição que os segmentos conservadores da estrutura educacional brasileira, a pública e a privada, movem ainda contra Paulo Freire. A luta pela consolidação de seu reconhecimento como figura nuclear da educação nacional faz parte, portanto, de um desafio político de larga dimensão e que remete às lutas pela construção de uma sociedade justa e democrática. A pedagogia freireana é parte inseparável desse processo.

JOSÉ SALVADOR FARO,  
Coordenador Editorial

## REFERÊNCIAS:

Vídeo institucional do MEC: Paulo Reglus Neves Freire (1921, Recife; 1997, São Paulo) [https://youtu.be/O\\_ZqaXq-n5as?si=5YFSN1whUs3W2KqX](https://youtu.be/O_ZqaXq-n5as?si=5YFSN1whUs3W2KqX)

Freire, P. Pedagogia da Esperança. Um reencontro com a Pedagogia do Oprimido. Paz e Terra: Rio de Janeiro, 2024

hooks, bell. Ensinando a transgredir. A educação como prática da liberdade. Martins Fontes, 2024

Zibas, D. Paulo Freire: Pedagogia do Oprimido, 30 anos depois. Cadernos de Pesquisa. Fundação Carlos Chagas, 1994

Memorial virtual Paulo Freire. Conversando com Paulo Freire. <https://www.acervo.paulofreire.org/items/026ecbb-3-6df4-43fc-b0b2-1182be4fb5ed>

Sindicato dos Professores do Distrito Federal. Quando a Educação não é libertadora, o sonho do oprimido é ser o opressor. <https://www.sinprodf.org.br/quando-a-educacao-nao-e-libertadora-o-sonho-do-oprimido-e-ser-o-opressor/>

Paulo Freire por ele mesmo. Canal EPraxe <https://e-praxe.com.br/2020/09/21/paulo-freire-por-ele-mesmo/>

A educação voltada para valores humanos de Paulo Freire continua atualíssima. Jornal da Unesp, 2021 <https://jornal.unesp.br/2021/09/24/a-educacao-voltada-para-valores-humanos-de-paulo-freire-continua-atualissima/>

A defesa da autonomia, do espírito crítico e do diálogo. Itaú Social <https://www.itausocial.org.br/noticias/paulo-freire-a-defesa-da-autonomia-do-espírito-critico-e-do-dialogo/>

\_memória viva

# PAULO FREIRE, CENAS DE MEMÓRIA E APRENDIZADOS

Tantas coisas foram ditas e escritas sobre Paulo Freire, o que mais eu posso acrescentar? Vasculho minha memória e me deparo com reminiscências, quietinhas num canto. Toco-as de leve, ainda estão vivas. Trago-as

agora, algumas inéditas, costuradas aos aprendizados que Paulo proporcionou, a mim e a todos nós. Agradeço aos colegas professores a honra que me concedem de poder relatar essas lembranças.

Por JORGE CLAUDIO RIBEIRO

## Cena 1

*Outubro do longínquo 1986. Caminhando pela calçada da Rua Bartira, em direção ao campus da PUC-SP, onde eu lecionava, avisto logo adiante um colega que havia entrevistado para o jornal Porandubas, daquela Universidade. A manchete proclamava: “O PAULO É NOSSO!”. Encontro-o abatido, pele acinzentada, seu rosto espelha enorme tristeza, ofegando, arrasta os pés. Aproximo-me, com jeito: “Olá, Paulo, o que houve?”. “Ah, Jorge... meu amor morreu em meus braços”, sussurra. Refere-se a Elza, com quem foi casado por 42 anos, geraram cinco filhos. Nos abraçamos, em silêncio.*

Uau! Então, aquele senhor era o Paulo Freire, o pelé da pedagogia mundial, o patrono da educação brasileira? O intelectual brasileiro mais homenageado, com 41 títulos de Doutor Honoris Causa, atribuídos por instituições de alto prestígio no Brasil e em vários países? Pois mais significativamente que esses títulos, no Brasil, 346 escolas públicas receberam seu nome; pelo mundo, são mais de 350 escolas.

Em Estocolmo, ele recebeu curiosa homenagem. Enorme escultura de calcário numa praça pública, batizada como Efter badet (“Depois do banho”) e concebida como um banco, são retratadas sete figuras públicas:

o próprio Paulo, Mao Tsé Tung, Angela Davis, Pablo Neruda e duas intelectuais suecas. Lá, eles são frequentados por crianças e passarinhos.

É esse o Paulo Freire, preso em 1964 porque havia inventado um método que ensina o povo a ler e a pensar? Esse mesmo, a quem o Inominável, sua família, seus milicianos e seus patrões do Norte, insultam sempre que podem? Pois é, foi ele que encontrei na calçada de Perdizes.

Dando breve mergulho nas pernambucanas águas que o batizaram, aprendo com tantos escritos que Paulo nasceu em Recife em 1921. Filho de Joaquim Temístocles Freire, capitão da Polícia Militar e de Edeltrudes, a dona Tudinha. Seus irmãos foram Stela, Armando e Temístocles. A esses dois, Paulo dirige gratidão emocionada, pois começaram a trabalhar muito jovens para ajudar no sustento da casa e possibilitar que ele avançasse em seus estudos.

Em 1943 Paulo estudou na Universidade do Recife onde cursou Direito e também filosofia da linguagem. Mas não seguiu a carreira jurídica, preferindo lecionar língua portuguesa numa escola de segundo grau. Em 1944, casou-se com Elza de Oliveira, sua colega de trabalho.

Freire veio a tornar-se um dos pensadores mais notáveis da pedagogia, em todos os tempos. Resultado de sua reflexão filosófica e pedagógica, criou inovador método de conscientização e de alfabetização, que ensinava a “ler o mundo” juntamente com a leitura das palavras.

O pensamento interdisciplinar de Paulo Freire, apresentado em cerca de 40 obras, mescla teologia com fenomenologia, marxismo com existencialismo. Filosofias essas que sempre foram mediadas por sua vivência com os oprimidos.

## Cena 2

*Em 1991, fundei minha editora, Olho d'Água. Num telefonema de apoio, apoio concreto, logo identifiquei cálida voz, com sotaque inconfundível: “Ô Jorge, topas retomar aquele projeto que iniciamos naquela outra editora, que te dispensou?”. Quase caí da cadeira. “Claro, Paulo, vamos sim. Viva!”. Pois editamos suas obras, “Professora sim, ‘tia’ não: cartas a quem ousa ensinar”, “À sombra desta mangueira” e, depois, “Nita e Paulo”, de sua viúva. Os livros iam bem de vendas e, periodicamente, eu fazia questão de ir a sua casa, na rua Valença 170, bairro do Sumaré, levar o cheque de direitos autorais: nessa ocasião era brindado com cálida, nordestina, acolhida e sábia conversa com ele e Nita. Abençoado pela aura que atravessava aquele ambiente, eu saía dessas visitas “em estado de graça”. Pura verdade. Numa Bienal do Livro, levei Paulo para uma tarde de autógrafos. O estande da editora era acanhado. Então, eu precisava chamar a atenção das professoras que passavam por perto, distraídas: “Você está a meio metro de Paulo Freire e não vai fazer nada?!”. Tomada de surpresa, ela localizava seu*

*herói, soltava exclamações, chamava as colegas, cumprimentavam-no, sorriam-se, tiravam retrato, compravam os livros. Até fizeram fila.*

Então por que Paulo Freire foi, e continua sendo, tachado como subversivo? Embora sua família fosse de classe média, ele vivenciou a pobreza e a fome na infância, devido à depressão de 1929. Tal experiência amadureceu sua empatia pelos mais pobres e influenciaria o “método Paulo Freire”.

Em 1961, Paulo tornou-se diretor do Departamento de Extensões Culturais da Universidade do Recife. A primeira aplicação de seu método de alfabetização popular ocorreu em 1963, na pequena cidade de Angicos, Rio Grande do Norte. Freire e equipe levaram apenas 40 horas para ensinar leitura e escrita a 380 adultos, divididos em classes menores.

Nessa época, a gestão de João Goulart havia lançado as Reformas de Base. Ampliando a experiência de Freire em Angicos, Goulart propôs o Plano Nacional de Alfabetização, que formaria rapidamente educadores em massa e implantaria 20 mil classes, ou “círculos de cultura”. O golpe de 1964 frustrou esse projeto. Freire ficou preso durante setenta dias, acusado como traidor da Pátria.

A alfabetização de adultos era considerada subversiva por vários motivos. Primeiro, porque subvertia uma ordem social vigente (na verdade, desordem social vigente) que explora o povo e “fabrica” sua dor. Em segundo lugar, porque a conscientização sobre as estruturas de dominação abre espaço para reverter a passividade e desesperança. Um terceiro motivo é que a educação libertadora desenvolve nos educandos a capacidade de adquirir conhecimentos e se libertar das estruturas sociais dominadoras.

Para se ter uma ideia, nas décadas de 1950 e 1960, o analfabetismo na faixa etária acima de 15 anos atingia índices de 50,6% e 39,7%, respectivamente. Em 2025, nessa faixa, o analfabetismo atinge 5,3% e 29% são “analfabetos funcionais” (não compreendem pequenas frases nem identificam números).

Considere-se ainda que atualmente menos de 1% dos proprietários agrícolas possuem 45% de toda a área rural. Ora, diante de tamanha desigualdade, a alfabetização, que abria as portas para o voto popular, e a repartição das terras devolutas, ameaçavam a desordem vigente.

Essa situação é retratada no magistral poema “Morte e vida Severina”, de João Cabral de Melo Neto, musicado pelo talqualmente magistral Chico Buarque: “Esta cova em que estás/ com palmos medida/ é a terra que querias/ ver dividida”.

Saindo da prisão, esse “subversivo do bem” foi empurrado para o exílio. Breve período na Bolívia e, a seguir, no Chile onde, durante cinco anos (até 1969), trabalhou no Instituto de Reforma Agrária. Também colaborou com programas de alfabetização de adultos, aplicando e aprofundando sua pedagogia. A fase chilena consolidou seu pensamento e serviu de trampolim para sua atuação internacional.

Em 1967, veio a público seu primeiro livro “Educação como prática da liberdade”, obtendo ótima acolhida no Brasil. Em 1968 saiu “Pedagogia do oprimido”, escrito durante o exílio no Chile e originalmente publicado em espanhol. Proibido no Brasil, este livro só foi publicado aqui em 1974. Nessa época, já havia traduções para o inglês, italiano, francês e alemão. É sua obra mais famosa, a terceira mais citada no mundo na área de ciências sociais.

Graças ao sucesso de “Educação como prática da liberdade”, Freire foi lecionar em Harvard, durante 1969. A seguir, se transferiu para Genebra, onde atuou como consultor especial no Departamento de Educação do Conselho Mundial de Igrejas.

A partir de 1973, Paulo Freire assessorou a reforma educacional de países africanos recém-independentes, sobretudo as lusófonas Guiné-Bissau, Moçambique e Angola. Ele não levou um “modelo pronto”, mas defendeu a

educação enraizada na realidade, na cultura e valores dos povos locais. Contribuiu para a formação de educadores comprometidos com a transformação social e para a criação de uma pedagogia anticolonial. Sobre sua experiência africana Paulo publicou “Cartas à Guiné-Bissau”.

### Cena 3

*Anistiado, Freire voltou ao Brasil, em 1980. Lembro-me que, ao desembarcar, ele foi recebido por Nadir Kfourri, reitora da PUC-SP e mais um monte de gente, inclusive o onipresente Eduardo Suplicy. Acerca de seu retorno, ele se manifestou à TV de forma linda e poética, bem ao seu estilo: “Eu me olho a mim mesmo e me vejo feliz... quero dizer da ‘alegria quase menina’ com que chego de novo ao Brasil”.*

Paulo se estabeleceu em São Paulo, passou a lecionar na Unicamp e sobretudo na PUC-SP, onde recebeu apoteótica acolhida no Tuca, o teatro desta universidade.

Filiado ao Partido dos Trabalhadores, durante seis anos supervisionou o programa petista de alfabetização. Em 1988, Luiza Erundina foi eleita prefeita de São Paulo e o convidou para ser secretário de Educação. Ele exerceu esse cargo por três anos – nesse tempo, seu chefe de gabinete foi o filósofo Moacir Gadotti. Deixando o cargo, Paulo foi substituído pelo assessor especial e filósofo Mario Sergio Cortella.

Nesse ano de 1988, o viúvo Paulo Freire casou-se com a educadora e escritora pernambucana Ana Maria Araújo, a “Nita”. Freire havia estudado, e depois lecionado, no Colégio Oswaldo Cruz, pertencente ao pai dela; conheceu-a menina e, depois de tantas peripécias, orientou seu mestrado puquiano.

Nita perdera seu marido pouco antes de iniciar o relacionamento com o educador. O amor cresceu, casaram-se. Ao receber o título de Doutor Honoris Causa na PUC-SP,

em 23/11/1988, Paulo saudou Elza e Nita, dedicando a honraria “à memória de uma e à vida de outra”.

Paulo Freire morreu de ataque cardíaco em 2/5/1997, em São Paulo, devido a complicações decorrentes de uma desobstrução das artérias.

Em 2009, o Estado Brasileiro fez o pedido de perdão à viúva Nita e à família do educador. Em 2012, Paulo Freire foi declarado patrono da educação brasileira, em lei sancionada pela presidenta Dilma Rousseff.

### Passeando por algumas páginas:

- “Educação como prática da liberdade” (1967): é o primeiro livro de Freire, que apresenta seu famoso “Método”. A etapa preliminar eram as entrevistas junto a determinada comunidade para levantar seu “universo vocabular”. A seguir, eram selecionadas as “palavras geradoras”, com potencial para provocar reflexão. A aula, ou “círculo de cultura”, começava com um debate com os alfabetizando em torno da palavra geradora, ilustrada por uma imagem.

O material didático consistia de um suporte de flanela, ou “flanelógrafo”; nele eram afixados recortes de cartolina com pedaços de lixa colados no verso. Na parte da frente desses recortes estavam escritas as sílabas de cada palavra geradora, assim como suas famílias fonêmicas. Na etapa seguinte, o aluno pegava os recortes e montava no flanelógrafo as palavras que quisesse. Era a “ficha da descoberta”. Assim, já no primeiro encontro o aluno começava a ler e a escrever.

### Cena 4

*Recordo-me de um curso de alfabetização que implantei, assim que me tornei noviço jesuíta. Nossa equipe se preparou estudando intensivamente “Educação como prática da liberdade”. Começaram as aulas, ministradas à população vizinha do seminário. No primeiro*

*círculo de cultura, a palavra geradora selecionada para debate foi TIJOLO. Na hora da ficha da descoberta, um aluno juntou no flanelógrafo dois recortes com as sílabas TI-TO. Perguntei se Tito era um amigo dele. Esclareceu: “Não, professor, é tito de eleitor...”. Fui tomado de surpresa, parabeneizei-o, convidei-o a formar a palavra “título” e a classe se envolveu numa discussão sobre cidadania.*

Essa cena me remete aos versos de Thiago de Mello, que encerram a “Canção para os fonemas da alegria”, dedicada a Freire:

“Peço licença para terminar/ soletrando a canção de rebeldia/ que existe nos fonemas da alegria:/canção de amor geral que eu vi crescer/ nos olhos do homem que aprendeu a ler”.

Thiago de Mello, amazonense universal, usou seus poemas como emblema de ternura e rebeldia.

- “Pedagogia do oprimido” (1968): obra magna de Freire. Ainda atualíssima, vendeu mais de um milhão de exemplares. Foi dedicada aos “esfarrapados do mundo”.

Numa das passagens mais conhecidas, Freire denuncia a concepção e prática “bancária” da educação, que é domesticadora e autoritária. Nessa versão, o aluno é tratado como um receptor passivo, no qual o professor deposita seus conteúdos, valores e verdade absolutos.

Adepto da fenomenologia e do existencialismo cristão, Freire propõe, então, a “educação libertadora”, baseada no diálogo. Para ele, o diálogo é a essência da educação transformadora, que é um ato político de reconhecimento do outro como sujeito de saber. O diálogo educativo depende de profundo amor pelos seres humanos, sobretudo os oprimidos. Esse diálogo supõe a fé/confiança entre os envolvidos e desemboca na esperança. Para Freire, o oposto da equação amor+fé+esperança é “uma espécie de silêncio, de recusa do mundo, de fuga; é um cruzar de braços e esperar”.

### Cena 5

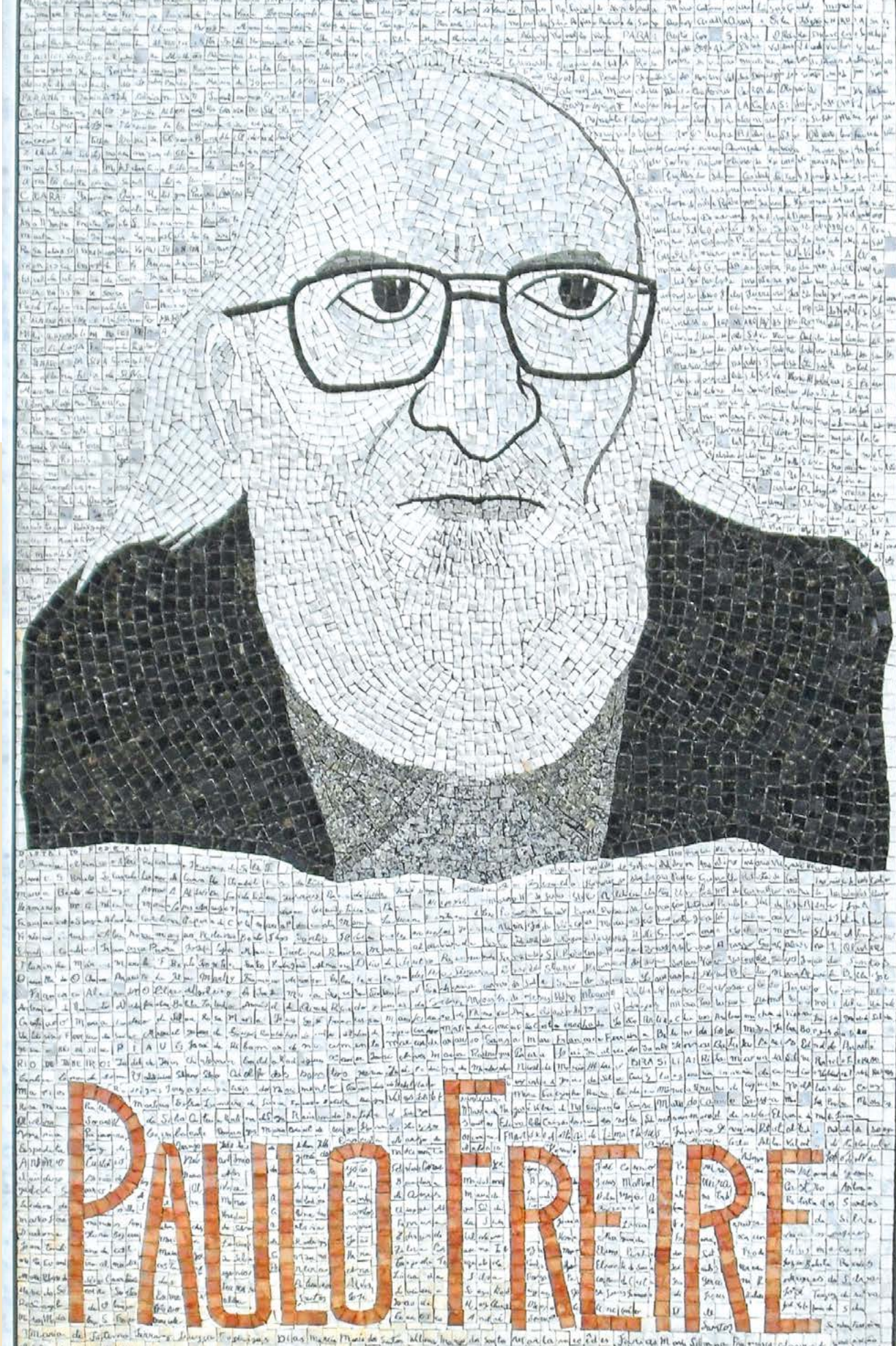
*Em minhas aulas na universidade, sempre apresentei a genial síntese de Freire sobre a educação dialógica e libertadora: “Ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo”. E em outra versão: “Ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho: os homens se libertam em comunhão”. Invariavelmente seguiam-se acalorados debates*

- “Professora, sim; tia, não – cartas a quem ousa ensinar” (1993): nesse best seller da Olho d’Água, Freire lança em “mensagens na garrafa” seu compromisso com a valorização do magistério, com a ética da profissão docente e com a dignidade do ato de ensinar. Alerta que chamar a professora de “tia” pode parecer carinhoso, mas desvaloriza a profissão por entendê-la como extensão da afetividade doméstica.

### Cena 6

*Na Introdução deste livro, Paulo foi um bocado generoso: “Não poderia encerrar esta introdução sem alguns agradecimentos. Em primeiro lugar, a Jorge Claudio Ribeiro, amigo e editor, que me pediu (e facilmente me convenceu) que eu escrevesse este livro já trazendo a nossa casa o próprio título do trabalho. A Jorge Claudio penso que devo não só agradecer a sugestão e o pedido que me fez mas elogiar, de um lado, o seu empenho para que o texto tomasse corpo, de outro, a fraterna posição que sempre assumiu sem jamais me telefonar a pretexto de nada para, no fundo, saber se eu me achava ou não trabalhando no livro”.*

© BRANDIZI / REPRODUÇÃO



Lembro dos encontros preparatórios à redação do livro, sugeridos por Paulo e arranjados pelas professoras Suraia e Zaquia Jamal, a quem ele também agradece. Dessas reuniões ainda participaram Moacir Gadotti e sobretudo as alunas do Magistério, a quem Paulo felicita pela partilha de “suas lutas e descobertas na etapa preliminar de produção deste livro”.

- “À Sombra Desta Mangueira” (1995): é uma das obras mais pessoais e reflexivas de Paulo Freire. Em edição enriquecida com notas de Nita, Paulo relata, com admiração, o momento miúdo em que, ainda jovem, uma cigana leu sua mão. Muitas décadas mais tarde, avaliou: “Como pode uma pessoa analfabeta ler a palma da minha mão? Porque ela, mesmo sem saber ler palavras, sabia ler o mundo”.

Essa epifania foi saudada pelo compositor Chico César:

“E os sem amor, os sem teto; os sem paixão, sem alqueire; no peito dos sem peito, uma seta; E a cigana analfabeta; lendo a mão de Paulo Freire”.

Nesse momento, Paulo protagonizou uma reviravolta, ao não se ocupar do conteúdo da profecia da cigana. Atentou, sim, para a complementaridade entre saberes: o saber daquela mulher (com sua prática divinatória, seu ganha pão), e o dele, alfabetizador e eterno aprendiz.

A partir desse instante fugaz, Freire elaborou um dos seus princípios prediletos: “A leitura do mundo precede a leitura da palavra; a leitura da palavra se articula com a leitura do mundo”.

### As “Pedagogias”

Mais adiante, Paulo nos brindou com uma profusão de “pedagogias”: “Pedagogia da esperança”; “Pedagogia da autonomia”; “Pedagogia da indignação – cartas pedagógicas e outros escritos”. Neste seu livro, o último, Freire ecoa René, seu colega na elaboração de métodos: “Fico indignado, logo existo, logo sou”. Acrescente-se “Pedagogia da tolerância”, obra póstuma de 2004, com textos reunidos por Nita.

- “Nita e Paulo – crônicas de amor” (1998): exato um ano após o falecimento de Paulo, Nita nos brindou com essa obra, editada pela Olho d’Água. No prefácio, Marta Suplicy avalia que a autora “arrumara uma forma de trazer a dor para perto, acolhê-la e, aos poucos, estancar o sangramento”. Nesse “belíssimo livro”, segue Marta, Nita nos permitiu “conhecer um pouco da intimidade e grande-

za de um dos humanistas mais importantes do século 20”.

Pois ao longo de 46 episódios, molhados de saudade, Nita nos guia pelas esquinas do mundo, por cheiros, sabores e pessoas que ela conheceu com seu amado e, mediante sua bela escrita, partilha conosco.

### Cena última

*Na primeira crônica de “Nita e Paulo”, a autora relata a intensa visita de luto que lhe fiz. Nessa ocasião partilhamos sentimentos e ela me contou histórias do casal. Nascia o projeto da publicação desse livro, que Nita escreveu para “matar as saudades de Paulo antes que elas me imobilizem”. Suas páginas a ajudaram a ser feliz outra vez, e a nós com ela e ele. Felicidade pega...*

Enfim- Indignado, tolerante e amoroso, Paulo Freire vive e responde, como sempre respondeu, “presente!”, à chamada da História. E lá vai ele pelas calçadas eternas, braços dados com a multidão, frevando no Carnaval cósmico, ao som emitido pelas esferas infinitas. Dando uma piscadela, de vez em quando acena para nós que, aqui embaixo, o amamos.

Sua bênção, professor. ●

### Assista aqui a íntegra dos depoimentos:



### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

#### LIVROS

FREIRE, P. Educação como prática da liberdade. São Paulo: Paz e Terra, 1967

Pedagogia do oprimido. São Paulo: Paz e Terra, 1968

Cartas à Guiné-Bissau. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977

Pedagogia da esperança. São Paulo: Paz e Terra, 1992

Professora, sim; tia, não – cartas a quem ousa ensinar. São Paulo, Olho d’Água, 1993

À Sombra Desta Mangueira”. São Paulo, Olho d’Água, 1995

Pedagogia da autonomia. São Paulo: Paz e Terra, 1996

Pedagogia da indignação – cartas pedagógicas e outros escritos São Paulo: Paz e Terra, 2000

FREIRE, N. Nita e Paulo – crônicas de amor. São Paulo: Olho d’Água, 1998

MELO NETO, J. C. Morte e vida Severina e outros poemas para vozes. 4.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000

MELLO, Th. de. “Canção para os fonemas da alegria”. In: BARATA, M. S. (Org.). Canto melhor. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969

RIBEIRO, J.C. Ela me tira pra dançar. São Paulo: Patuá, 2018

#### VÍDEOS, JORNAIS

IBGE; Agência Brasil: “Dados sobre o analfabetismo no Brasil”

RIBEIRO, J.C. “Tuca Videobra”, Assessoria de Comunicação da PUC-SP, 1985. Disponível no YouTube: <https://www.youtube.com/watch?v=iKVMot4L8Ls&t=3s>

“O Paulo é nosso!”. Jornal Porandubas nº 37, março/1981

“Rumo a Barcelona”. O Estado de S. Paulo, 27/01/1988

Interfaces  
da educação  
libertadora de  
DOM HELDER  
CAMARA e  
PAULO FREIRE

Por MARTINHO CONDINI



Apresentar a educação libertadora de dom Helder Camara à luz da pedagogia de Paulo Freire, nos apresenta dois vieses: que a prática de dom Helder está diretamente relacionada com a pedagogia de Paulo Freire e que este artigo é uma leitura da pedagogia de Helder à luz de Freire. Isto não significa afirmar que a educação libertadora de dom Helder tenha surgido a partir da pedagogia freireana, mas apenas sustentar que há uma relação direta entre o pensamento e as ações de dom Helder e Paulo Freire. Essa relação, para ambos, pobres ou pequeninos, como dizia dom Helder, ou os oprimidos, termo utilizado por Paulo Freire, foram os elementos geradores da construção das suas práxis.

As semelhanças históricas entre dom Helder e Paulo Freire colaboraram para que tivéssemos uma convergência de ideias em relação ao que ambos pensaram, realizaram e produziram ao longo de suas vidas.

Ambos nordestinos, um cearense e um pernambucano, oriundos de famílias humildes, tiveram de enfrentar problemas típicos das famílias nordestinas que viviam nas áreas urbanas: o esforço para o sustento da família, a criação dos filhos e as dificuldades em propiciar a eles uma formação escolar digna e de qualidade.

Após a infância e adolescência, ambos tiveram ramos profissionais diferentes: dom Helder se tornou um religioso e Paulo Freire, após a formação em Direito, enveredou para a área educacional como professor de língua portuguesa e, posteriormente, tornou-se também

um educador. Apesar de dom Helder ser doze anos mais velho que Paulo Freire, eles foram contemporâneos no século XX.

Suas histórias de vida seguiram diferentes caminhos, mas tiveram durante suas carreiras uma preocupação comum: a questão com os excluídos e oprimidos. Atuaram na sociedade com o intuito de possibilitar aos menos favorecidos condições para que os mesmos pudessem se tornar pessoas livres, isto é, em condições de entender a sua realidade e, a partir dela, transformá-la. Cada um deles, Helder e Freire, utilizaram-se de suas práticas, mas com métodos semelhantes.

As circunstâncias históricas fizeram com que ambos, no início do Governo Militar (1964-1985), estivessem vivendo na cidade de Recife. Dom Helder, recém-chegado, transferido da cidade do Rio de Janeiro e Paulo Freire, vivendo em sua cidade natal. Nesse período do Governo Militar, Dom Helder e Paulo Freire foram perseguidos pelo regime ditatorial.

Paulo Freire, por causa da criação do seu revolucionário processo de alfabetização com a população do sertão nordestino, mais precisamente, Angicos, no Rio Grande do Norte e por criar o Plano Nacional de Alfabetização (PNA), ambos em 1963. Ele foi preso e posteriormente exilado após o golpe militar de 1964, retornando ao Brasil apenas em 1980. Durante o período no exílio, Paulo Freire produziu todo o arcabouço daquilo que mais tarde veio a ser chamado de pensamento freireano. Paulo Freire teve na experiência do trabalho de alfabetização de adultos a inspiração para es-

crever a obra que norteou o seu trabalho como educador, a *Pedagogia do oprimido*, escrita no exílio em 1968.

Dom Helder em 1964, pela sua condição de arcebispo de Olinda e Recife, pela notoriedade que obteve em função do seu trabalho no Rio de Janeiro entre os anos de 1936 a 1964 e pela liderança que representava dentro da Igreja, permaneceu no Brasil, mas sofreu intensa perseguição do governo, juntamente com seus auxiliares da Arquidiocese de Olinda e Recife, por serem um dos mais significativos grupos de oposição ao governo militar.

É inegável que no período ditatorial, mas não só nele, dom Helder e Paulo Freire tiveram intensa influência na formação do pensamento educacional e social brasileiro. Ambos realizaram trabalhos que contribuíram no meio intelectual, educacional, religioso e social, principalmente com as camadas populares da sociedade.

Isso pode ser constatado por meio dos acontecimentos históricos daquele período: Paulo Freire foi perseguido, preso e exilado; dom Helder foi impedido por quatro vezes de receber o prêmio Nobel da Paz e censurado por quase uma década dentro do seu país. Essas perseguições sofridas por ambos fizeram com que suas vozes e ideias ecoassem fora do Brasil, em oposição à ditadura militar, e a determinação de suas posturas fez com que defendessem suas ideias mesmo com dificuldades e até ameaças pessoais.

Apesar da aproximação histórica de dom Helder e Paulo Freire, de sua contemporaneidade, de morarem na mesma cidade, dom Helder e Paulo Freire não realizaram estudos ou trabalhos juntos. Ambos, em alguns momentos, referiram-se um ao outro de maneira respeitosa, mencionando o trabalho realizado.

Quando Paulo Freire foi libertado da prisão em Recife, antes de ser exilado, dom Helder pensou em convidá-lo para auxiliá-lo no trabalho da pastoral da Arquidiocese de Olinda e Recife. Dom Helder, na época, fez a seguinte menção ao método de alfabetização de adultos de Paulo Freire: “[...] o método está longe de ser apenas mera alfabetização [...]” (apud PILETTI; PRAXEDES, 2008, p. 257).

O arcebispo de Olinda e Recife foi um importante interlocutor de Paulo Freire na Igreja, principalmente como elo para a reflexão e entrada do pensamento pedagógico libertador no meio eclesial. Após a leitura do livro *Pedagogia do oprimido*, em 1971, dom Helder considerou-o “[...] de alcance decisivo para se obter a medida adequada de conscientização, evitando que o oprimido de hoje se transforme no opressor de amanhã” (apud PILETTI; PRAXEDES, 2008, p. 340).

Em função do exílio de Paulo Freire, dom Helder o via “[...] como embaixador especial de nosso gênio e de nossa cultura [...]” (Ibidem, p. 341), como escreveu em carta à revista *Visão*, em setembro de 1971, indicando o educador para o título de Homem de Visão daquele ano. A essa atitude de dom Helder, Paulo Freire, que mantinha pelo arcebispo a mesma admiração, escreveu-lhe agradecendo a indicação.

Em entrevista ao professor Celso de Rui Beisiegel, em 1980, Paulo Freire relatou que “os dois haviam se tornado amigos nos anos 60, quando se aproximaram por intermédio da professora Anita Paes Barreto, e das assistentes sociais Lourdes de Moraes, Dolores Coelho e Hebe Gonçalves, amigas de ambos e colaboradoras das obras sociais de dom Helder em Recife” (Ibidem, p. 341).

Os diálogos entre Paulo Freire com os mais diferentes grupos sociais em torno do assistencialismo teceram a maneira ideológica dele elaborar e atuar em prol dos menos favorecidos. A questão assistencialista o incomodava e, também, os que praticavam o assistencialismo. Em relação a dom Helder, Paulo Freire o colocava fora de uma postura meramente assistencialista, opinião com a qual também concordo.

Na entrevista concedida a Beisiegel, Paulo Freire falou das primeiras influências em seu pensamento. Ele mencionou o seu convívio com as assistentes sociais que trabalhavam no Serviço Social da Indústria (SESI), instituição que ele também trabalhou e citou nomes de lideranças católicas, dentre elas, dom Helder:

Pois bem, gente católica, toda ela de formação católica, toda ela muito marcada por quem chamavam de Doutor Alceu, e por D. Helder Camara, que elas chamavam de padre Helder... gente que eu posso dizer que não era assistencialista. Gente que era progressista, gente comprometida. Comprometida com os pobres, expressão que não me agrada muito, mas que é legítima também. (apud BEISIEGEL, 1992, p. 35-36)

Outro momento onde Paulo Freire se refere a dom Helder é na apresentação do livro de autoria de dom Helder, Palavras e reflexões (FREIRE, P., 1995, p. 7-8):

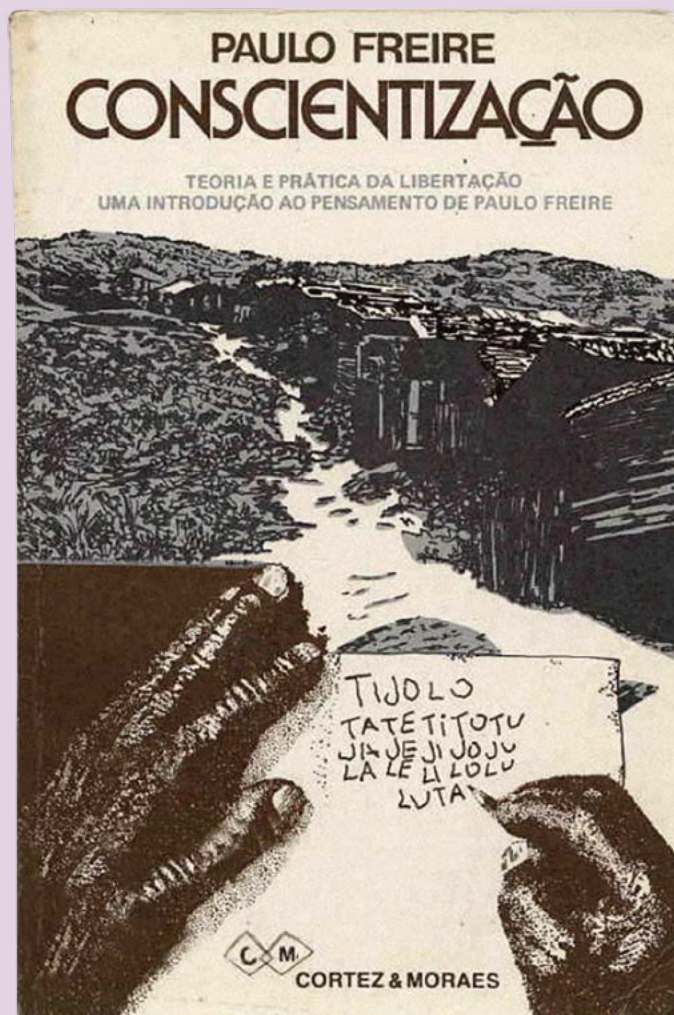
De D. Helder, quando ainda o Padre Helder, ficando famoso pela amorosidade cheia de coragem com que se dava a intenso trabalho no Rio de Janeiro, ouvi, nos começos de minha juventude, palavras de apoio e de estímulo a ensaios utópicos em que me achava engajado. Já naquela época a figura de D. Helder estava associada à esperança e à recusa de qualquer posição fatalista. D. Helder jamais aceitaria em paz, conformado, discursos estimuladores de nossa pura adaptação aos fatos: “as coisas são assim porque não podem ser de modo diferente”. Posições como estas, que só ajudam os poderosos, contradizem sua fé e negam a amorosidade, para ele fundamental à transformação do mundo, fora da qual já não reconheceria sua própria presença na história. [...] A D. Helder não lhe dói apenas o Brasil, mas o mundo. A ele lhe dói a dor não importa quem sofra. A dor dos que chegando à vida e pouco ficam, dos que ficando em breve “são devolvidos”. A dor dos mal dormidos, dos traídos, dos assustados, dos ofendidos, dos violados, dos inseguros, dos torturados. A dor de quem se perde na desesperança. A dor daqueles e daquelas a quem a malvez dos poderosos nega o direito de sonhar. O fundamental, porém, é que, assumindo a dor de não importa quem, não o faz como se nada mais pudesse e devesse fazer. Ele tem na assunção do sofrimento do mundo o ponto de partida de sua esperança em tempos melhores. Este livro é mais uma expressão deste encanto pela vida.

O próprio Paulo Freire, quando descreveu a origem do termo conscientização, fez menção a dom Helder:

Acredita-se geralmente que sou autor deste estranho vocábulo “conscientização” por ser este o

conceito central das minhas ideias sobre educação. Na realidade, foi criado por uma equipe de professores do INSTITUTO SUPERIOR DE ESTUDOS BRASILEIROS por volta de 1964. Pode-se citar entre eles os filósofos Álvaro Pinto e o professor Guerreiro. Ao ouvir pela primeira vez a palavra conscientização, percebi imediatamente a profundidade de seu significado porque absolutamente convencido de que a educação, como prática da liberdade, é um ato de conhecimento, uma aproximação crítica da realidade. Desde então, esta palavra forma parte de meu vocabulário. Mas foi Helder Camara quem se encarregou de difundi-la e traduzi-la para o inglês e o francês. (FREIRE, P.;1979, p. 25)

Para Paulo Freire, a conscientização é uma atitude humana que ultrapassa a esfera da realidade, pois, para se chegar a uma visão crítica da realidade, o homem deve assumir uma posição de constante busca pela transformação:



REPRODUÇÃO

A conscientização é, neste sentido, um teste, um teste de realidade. Quanto mais conscientização, mais se “des-ve-la” a realidade, mais se penetra na essência fenomênica do objeto, frente ao qual nos encontramos para analisá-lo. Por esta mesma razão, a conscientização não consiste em “estar frente à realidade” assumindo uma posição falsamente intelectual. A conscientização não pode existir fora da “práxis”, ou melhor, sem o ato ação-reflexão. Esta unidade dialética constitui, de maneira permanente, o modo de ser ou de transformar o mundo que caracteriza os homens. Por isso mesmo, a conscientização é um compromisso histórico. É também consciência histórica; é inserção crítica na história, implica que os homens assumam o papel de sujeitos que fazem e refazem o mundo. Exige que os homens criem sua existência com um material que a vida lhes oferece...

Segundo Paulo Freire, a conscientização, como postura e atitude crítica na história, nunca termina,

porque se os homens, como seres humanos que atuam, continuam aderindo a um mundo “feito”, ver-se-ão submersos numa nova obscuridade. A conscientização, que se apresenta como um processo num determinado momento, deve continuar sendo processo no momento seguinte, durante o qual a realidade transformada mostra um novo perfil. (Ibidem, p. 27)

A conscientização sugere que o homem, ao perceber a sua condição de oprimido, conquistará a liberdade se ele transformar a sua condição real. Pensar na transformação por meio das ideias levaria o homem apenas ao “idealismo filosófico”. A consciência gera o entendimento da realidade, que pode ser compreendida como uma prática para a libertação. Para Paulo Freire,

a conscientização leva o homem a assumir a utopia, onde esta possibilita que se façam as denúncias de injustiças e que se proponha alternativas humanizantes à sociedade. Por isso, a utopia é também um compromisso histórico. Ela é um ato de conhecimento crítico. [...] A conscientização está evidentemente ligada à utopia, implica em utopia. Quanto mais conscientizados nos tornamos, mais capacitados estamos para ser anunciadores e denunciadores, graças ao compromisso de transformação que assumimos. (1979, p. 28)

O trabalho humanizante ao qual Paulo Freire se refere é o de desvelar as injustiças: “a conscientização é o olhar mais crítico possível da realidade, que a ‘des-vela’ para conhecê-la e para conhecer os mitos que enganam e que ajudam a manter a realidade da estrutura dominante” (Ibidem, p. 29).

Para Freire, apenas os utópicos podem ser proféticos, porque são eles que anunciam e denunciam as injustiças e estão permanentemente comprometidos com os processos de transformação do mundo, para que os homens possam conquistar a sua libertação. Afirmou Paulo Freire: “Por isso mesmo, somente os utópicos – quem foi Marx se não um utópico? Quem foi Guevara senão um utópico? – podem ser proféticos e portadores de esperança” (Ibidem, p. 28).

Em dom Helder Camara, a questão da conscientização e da utopia era necessária para que a sociedade conseguisse realizar mudanças significativas que pudessem transformar a sua realidade. “Ai do mundo sem sonho, sem utopia”, foi o título de uma mensagem de dom Helder em 1982. A sua preocupação naquele momento era que as pessoas de boa vontade se conscientizassem que as barbaridades ocorridas no passado não mais poderiam ocorrer.

Ajudai a conscientizar as pessoas de boa vontade que, em todos os países, são muito mais numerosas do que podemos imaginar. O que, não raro, falta a estas pessoas de boa vontade é conhecimento seguro dos grandes problemas humanos. Se houver, por exemplo, informações seguras sobre a loucura da corrida armamentista (preços absurdos de custos e poder incrível de destruição) a onda contra a Guerra e em favor da paz verdadeira e duradoura se tornará pressão moral libertadora, a serviço de uma autêntica não violência ativa [...]. (CAMARA, 1982, p. 23)

Certa vez, um jovem argumentou com dom Helder se os responsáveis e especialistas não conseguiam resolver os problemas dos pobres, o que poderia ele fazer agindo individualmente? E o jovem mesmo concluía que a sua participação num movimento social seria o mesmo que uma gota d’água, pois as decisões que poderiam modificar alguma coisa não dependeriam dele. E indagou a dom Helder, sobre a solidariedade: como praticá-la com eficiência, sem cair na utopia? Dom Helder lhe respondeu: “Não devemos temer a utopia. Gosto de repetir muitas vezes que sonharmos sozinho, li-

mitam-nos ao sonho. Quando sonhamos em grupo, alcançamos imediatamente a realidade. A utopia compartilhada com milhares é o esteio da História” (Idem, 1993a, p. 68).

Assim como dom Helder, Paulo Freire acreditava que o sonho possível era coletivo. Para ele sonhar coletivamente consistia num movimento transformador e esperançoso, “não há mudança sem sonho, como não há sonho sem esperança” (apud FREIRE, P., 2006, p. 91).

Para dom Helder, o despertar da consciência de uma sociedade ocorre através da organização desta sociedade em pequenos grupos e por meio de um processo de conscientização, que para ele significa fazer com que as pessoas trabalhem e almejem transformar a realidade em que vivem para alcançar a sua libertação.

Segundo dom Helder, o processo de conscientização é composto de alguns aspectos fundamentais: a aplicação da trilogia ver, julgar e agir, do padre belga José Cardijn, fundador da Juventude Operária Católica. As transformações acontecem para que ocorra a conscientização das camadas populares e das elites, para que todos possam perceber a realidade e sejam capazes de ver, julgar e agir segundo as necessidades da população menos favorecida.

A educação conscientizadora age como força capaz de modificar as estruturas sócio-econômicas do subdesenvolvimento e levar o mundo desenvolvido a compreender que é preciso ser feita também a revolução social. Afirma, sobre o papel do trabalho educativo, dom Helder (CAMARA, 1968b, p. 123):

*O que é feito sem trabalho educativo, sem formação de mentalidade, não tem raízes. Se não é entendido por quem é violentado, gera amargura, ressentimento. Se não é entendido por quem é beneficiado, amanhã dará em nada, pela falta de preparação interior para utilizar o que recebeu.*

A necessidade da conscientização no processo libertador é algo que dom Helder salientou como sendo importante para que as camadas sociais desfavorecidas se libertem em vez de serem libertadas.

*Não basta lutar pelos pobres, morrer pelos pobres: há que ‘conscientizar’ aos pobres de seus direitos e de sua miséria. É necessário que as massas compreendam a urgência de libertar-se e não de ser libertadas por uns poucos idealistas que se enfrentam à tortura, como os cristãos enfrentavam aos leões no Coliseu. Deixar-se comer pelos leões serve muito pouco, se as massas seguem sentadas contemplando o espetáculo.* (apud FALLACI, 1999, p. 537)

A questão da conscientização em dom Helder e Paulo Freire estava relacionada com o compromisso histórico que os homens adquirem a partir do momento em que tomam consciência de sua importância para que possam modificar a sua realidade. E o trabalho educativo de conscientização é fundamental para que as populações carentes que necessitam de mudanças em suas realidades percebam que esse processo ocorre a partir do momento em que todos percebem a necessidade de mudar, ou seja, interferirem na história de maneira crítica e objetiva para alcançarem a sua libertação.

Paulo Freire foi um educador que dialogou com a sociedade real. Para ele, pensar era produzir ideias e transformá-las em ações. A tarefa do ser humano é pensar o seu tempo, agir sobre ele. Para Freire, a libertação acontecia a partir de uma prática, sendo, assim, uma práxis: “[...] a ação e a reflexão dos homens sobre o mundo para transformá-lo” (FREIRE, P., 2009, p. 42).

Paulo Freire acreditava que o ser humano só podia ser visto e entendido dentro de um contexto que abrangesse o passado, o presente e o futuro. Desta maneira era possível recuperar o sujeito, a cultura e a história. Por isso, no seu entender, a nossa vocação era lutar a favor da humanização. Ele entendia a humanização não como um dado ou um processo garantido, mas como uma vocação, que poderia ser negada na injustiça, na opressão, na exploração e na violência, mas que era afirmada “no anseio de liberdade, de justiça de luta pela recuperação de sua humanidade roubada” (Idem, 1979, p. 30).

Freire entendia a humanização como aptidão humana e a atribuía como tarefa humana e histórica dos oprimidos “libertar-se a si e aos opressores” (Idem, 2009, p. 30). Para ele, a simples afirmação de que os homens são pessoas li-

vres e, na prática, nada se realizava para que de fato isso fosse verdade não tinha nenhum propósito, a não ser que atitudes fossem tomadas para que ocorressem as mudanças. Era condenável de sua parte o ficar apenas na esfera do idealismo e afirmava que a reflexão e a ação deveriam ocorrer em prol da humanização.

Em uma de suas obras, Paulo Freire reforçou o seu otimismo e a sua esperança na humanidade, pelo fato de ela ter a capacidade de entender-se histórica, inacabada e por estar permanentemente na luta para construir um mundo melhor. Ele dizia: “Gosto de ser gente porque, inacabado, sei que sou um ser condicionado, mas, consciente do inacabamento, sei que posso ir além dele. Esta é a diferença profunda entre o ser determinado e o ser condicionado” (Idem, 1997, p. 59).

Diante desse aspecto da humanização, podemos dizer que, para Paulo Freire, o papel da educação libertadora é o de valorizar a questão da natureza humana e aprimorar cada vez mais a prática da ação-reflexão-ação na busca da concretização da história e da humanização do mundo.

Para Paulo Freire, libertação e humanização estão juntas num processo de conscientização. “A libertação autêntica, que é humanização em processo, [...] é práxis que implica a ação e a reflexão dos homens sobre o mundo para transformá-los” (FREIRE, P.; 1997, p. 67).

Quando Paulo Freire se refere à humanidade, à questão humana, engloba também a existência humana e esta, para ele, não pode ser muda, muito menos silenciosa ou se utilizar de falsas palavras. A existência deve se utilizar de palavras verdadeiras com que os homens transformem o mundo. Segundo Paulo Freire, “existir humanamente é pronunciar o mundo, é modificá-lo. O mundo pronunciado, por sua vez, se volta problematizado aos sujeitos pronunciantes, a exigir deles novo pronunciar” (2009, p. 90).

O processo de alfabetização política de Paulo Freire tem na tríade libertação, humanização e conscientização o alicerce do processo de transformação que ele acreditava ser necessário para se atingir a plena liberdade. Liberdade é um conceito central na construção da teoria pedagógica freireana. Ele entendia que o ser humano, diferentemente dos outros animais, são seres agregados a um contexto histórico e, por isso, capazes de criar e criticar. Por isso entendia que os seres humanos são seres inacabados e que, por serem inacabados, devem estar em constante busca da sua libertação.

Quando afirma que as relações sociais injustas negam a humanização e a liberdade, propõe a luta pela liberta-

ção e considera essa luta uma tarefa humanista. A luta pela libertação das condições sociais e políticas desfavoráveis e opressivas é uma condição fundamental para se atingir a liberdade, mas não o suficiente. Para Paulo Freire, a liberdade não possibilita a realização de todos os desejos, quando pensamos em alcançar a liberdade sem limites. Sobre essa questão, Paulo Freire (2000, p. 34) afirma que “[...] a vontade ilimitada é a vontade despótica, negadora de outras vontades e, rigorosamente, de si mesma. É vontade ilícita dos ‘donos do mundo’ que, egoístas, só veem a si mesmos”. Por isso, “[...] a liberdade sem limite é tão negada quanta a liberdade asfixiada ou castrada [...]” e ela “[...] amadurece no confronto com outras liberdades, na defesa de seus direitos em face da autoridade [...]” (FREIRE, P., 1996, p. 105). Isto significa que a liberdade não termina onde começa a liberdade do outro, mas sua realização ocorre quando se encontra com outras pessoas que lutam pela sua liberdade e a das outras.

O teólogo José Comblin (1985) foi um dos teólogos da libertação que mais se aprofundou sobre o tema da liberdade. Ele dizia que, para Paulo Freire, a liberdade não se alcançava satisfazendo os desejos imediatos e alienantes, mas no encontro com outras pessoas, no serviço da vida do próximo e da libertação. Podemos mencionar aqui a influência de um cristianismo centrado na liberdade-libertação no pensamento de Paulo Freire como, também, a influência do pensamento de Paulo Freire sobre teólogos da libertação.

Para Freire, a luta em busca da liberdade se dá simultaneamente em duas esferas: no campo da interioridade humana (consciência) e no campo sociopolítico. A prática da busca pela liberdade está na constante luta pela superação das relações opressoras na sociedade. A liberdade será alcançada quando os homens lutarem pela libertação de todos.

Paulo Freire elaborou exaustivamente o que chamou de libertação:

*[...] em sua obra de 1985, intitulada A Política da educação: cultura, poder e libertação. No livro Freire associa a libertação com os oprimidos, os revolucionários, a educação e a Igreja. Freire acreditava que o futuro dos oprimidos é a ‘realização de sua libertação – sem a qual eles não podem ser’. A libertação lhes permite ‘denunciar a ordem que os esmaga, transformando essa ordem em práxis. Só eles podem anunciar num mundo que está constantemente sendo*

recriado e renovado [...]. Este ‘anúncio de um novo mundo’ somente pode ser feito quando as pessoas não estão isoladas do mundo, na medida em que a libertação ocorre em sua práxis histórica quando implica uma consciência crítica da relação implícita entre consciência e mundo’[...]. Esta conscientização das pessoas no mundo tem que ser combinada com a mudança estrutural na sociedade que, em última análise, é ela mesma transformadora da consciência [...]. Freire explica que muitos revolucionários engajados nesta mudança estrutural desconfiam dos oprimidos que querem libertar, o que é contraditório; assim, é possível ver que estes revolucionários temem a libertação. ‘Ao temerem a libertação, eles não ousam construí-la em fraternidade com os privados de liberdade’. Quanto aos revolucionários políticos, Freire observa que o desenvolvimento nacional verdadeiramente independente só pode ser empreendido através da libertação do imperialismo; sem libertação, afirma ele, haverá apenas modernização. (STRECK, REDIN e ZITKOSKI, 2008, p. 247)

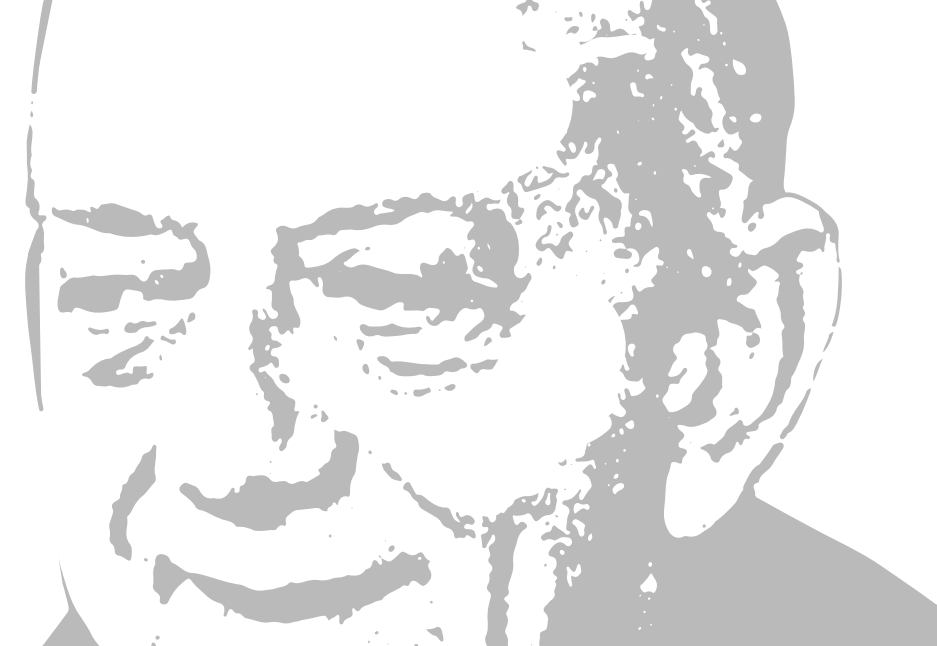
Paulo Freire construiu uma pedagogia libertadora que permeou todo o seu trabalho educacional. A liberdade, a libertação, como a conscientização e a humanização, foram elementos importantes para a construção da pedagogia freireana. Para ele, as pessoas que acreditam na educação libertadora estão comprometidas com uma “[...] práxis social [...], ajudando a libertar os seres humanos da opressão que os sufoca em sua realidade objetiva [...]”. Ele

acreditava que “a educação verdadeiramente libertadora só pode ser posta em prática fora do sistema comum, e mesmo assim com grande cautela, por aqueles que superaram sua ingenuidade e se comprometem com a libertação autêntica”. (Ibidem, p. 248)

Paulo Freire entendia as relações humanas dentro de um processo libertador por meio do diálogo, em que as pessoas juntas vão tomando consciência de maneira crítica da realidade e a partir daí procuram tomar atitudes que possibilitem fazer mudanças, transformar as suas realidades. Para que homens e mulheres atingissem sua libertação seria necessário se fazer outra leitura do mundo e agir sobre ele.

Para dom Helder, a educação é um dos meios de possibilitar a criação de outra sociedade, de um mundo mais justo e humano. Ele se referia ao processo de uma educação libertadora: “[...] a educação parece, em grande parte, fora da realidade, da verdade, pois não está libertando. E precisamos vitalmente, urgentemente, da coragem de nos unirmos para a educação libertadora. Eis a missão máxima do homem de nossos dias [...]” (CAMARA, 1976, p. 57).

Dom Helder e Paulo Freire demonstraram a importância de uma educação libertadora no processo educacional e na vida social. Eles sempre tiveram coragem de enfrentar desafios e propor mudanças para a melhoria de condições de vida dos excluídos ou pequeninos e reconheceram na educação libertadora um elemento fundamental para transformação social. Enfim, apesar da distância física entre Dom Helder e Paulo Freire, ambos, sempre estiveram juntos no esperar, para se construir uma sociedade justa, digna e fraterna. ●



Este artigo é uma adaptação do capítulo 2, subtítulo 3 do livro “Fundamentos para uma educação libertadora: Dom Helder Camara e Paulo Freire”, de Martinho Condini (Paulus Editora, 2014).

**Martinho Condini** é professor de História, doutor em Educação e diretor do Instituto Popular Paulo Freire - IPPE.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BEISEGEL, Celso Rui. Política e educação popular: a teoria e a prática de Paulo Freire no Brasil. São Paulo: Ática, 1992.
- CAMARA, Helder P. Revolução dentro da paz. Rio de Janeiro. Sábila. 1968b.
- CAMARA, Helder P. “Ai do mundo sem sonho, sem utopia”. Cerimônia de Conferência de título de Honra em Teologia: mensagem. Universidade de Yale (EUA). New Haven, Connecticut, EUA, 24 mai.1982, p. 22-26. Dom Helder discursos internacionais. Arquidiocese de Olinda e Recife, 1982.
- CAMARA, Helder P. O deserto é fértil. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.
- CAMARA, Helder P. Indagações sobre uma vida melhor. Tradução Ênio Silveira. ed. 3ª. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.1993a
- CONDINI, Martinho. Fundamentos para uma educação libertadora: Dom Helder Camara e Paulo Freire. 1ª Ed. São Paulo. Paulus.2014.

FALLACI, Oriana. “Helder Camara”: entrevista com la historia. Edip.437torialNoguer, Barcelona. 1999, p. 537-555. In: ARAÚJO, Edvaldo Manoel de. “Sinais dos tempos, sinais de Deus”: evangelizar na realidade de injustiça. O pensamento teológico e antropológico de Dom Helder Camara. Disertatio ad Lauream in Anthropologia Theologica Pontificiae Faculatis Theologicae Teresianu Romae, 2004.

FREIRE, Paulo. Conscientização: teoria e prática da libertação. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.

FREIRE, Paulo. Apresentação. In.: CAMARA, Helder. Palavras e reflexões. Recife: EDUFPE, 1995. p. 7-8.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. Educação e mudança. 21. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: EdUnesp, 2000.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido. 13. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

FREIRE. Pedagogia do oprimido. 48. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009.

PILLETI, Nelson; PRAXEDES, Walter. Dom Helder Camara o profeta da paz. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2008.,

STRECK, Danilo R.; REDIN, Euclides; ZITKOSKY, Jaime J. (Orgs). Dicionário Paulo Freire. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2008.



SE FICAR O BICHO COME



SE CORRER O BICHO PEGA



...SE UNIR O BICHO FOGE!!



ILUSTRAÇÃO SINDICAL DO LAERTE / OBORÉ EDITORIAL, 1989.

LAERTE

85 anos  
é muito...  
ou é pouco?

O SinproSP festeja décadas de luta pelas professoras e professores, com um saldo bastante positivo de realizações de natureza trabalhista e institucional, com prestígio e reconhecimento junto à categoria que representa.

Por JOSÉ SALVADOR FARO

**L**evando em conta o que o SinproSP conquistou até aqui em direitos e em melhoria das condições de trabalho, nem é muito nem é pouco, mas digno e expressivo. Talvez seja mais que isso quando se pensa nos inúmeros desafios que os sindicatos e os trabalhadores que eles representam têm enfrentado ao longo da história brasileira.

É a nossa primeira observação. As elites e classes dominantes brasileiras, organizadas numa complexa estrutura de poder e de implementação de sua ideologia conservadora, não são nem um pouco favoráveis à modernização e ao aperfeiçoamento das relações de trabalho. Ao contrário: os ataques recentes que promoveram contra garantias históricas da CLT mostram uma disposição agressiva em favor da sua precarização.

A segunda observação: as sucessivas crises institucionais e políticas que o Brasil viveu desde os anos 40 do século passado (coincidentes com o mesmo período de existência do SinproSP) têm favorecido essa disposição predatória do empresariado brasileiro, todas elas marcadas por uma ininterrupta oposição à ampliação do estado do bem-estar social, desde o golpe que levou Vargas ao suicídio em 1954, até o desastre que foi a 'reforma' promovida em 2017 na esteira do golpe que levou Michael Temer ao governo, inclusive com mecanismos criminosos de asfixia financeira dos sindicatos. O golpe de 64 é um capítulo dessa história.

É possível falar num 'arcabouço' jurídico de restrições ao aperfeiçoamento da legislação trabalhista que foi construído a partir de um direcionamento inequívoco: aprimorar o estrangulamento do processo de transferência da renda do trabalho para o capital, fato que explica o Brasil situar-se entre as nações cuja parcela do rendimento do trabalho na composição do PIB é uma das menores do mundo.

Para que se tenha uma ideia, em apenas 8 anos a ação sindical foi 'atropelada' por 5 planos econômicos (Cruzado, 1986; Bresser, 1987; Collor I, 1990; Collor

II, 1991; Real, 1994), contexto que exigiu extraordinária aplicação das diretorias do SinproSP em vista do impacto que essas reformas tiveram nos salários.

Pode-se dizer que esse contexto construiu duas dinâmicas, que resultaram na baixa mobilização dos trabalhadores. A primeira decorre da formação de uma ideologia anti-sindical, que atribui às lutas corporativas um papel inibidor do crescimento econômico; a segunda: a formação de uma burocracia sindical vinculada ao aparelho de estado — fonte das concessões cartoriais de forte poder político na condução das entidades.

E, no entanto, eis aqui o SinproSP festejando seus 85 anos com um saldo bastante positivo de realizações de natureza trabalhista e institucional e que têm se traduzido em prestígio e reconhecimento junto à categoria que representa.

As gerações de professoras e professores que se sucederam na gestão da entidade a partir do final dos anos 80, quando ocorre o impulso de renovação política que acompanha o processo de redemocratização do país, assumiram compreender todo o intrincado de relações de trabalho que caracterizam a atividade docente em todos os níveis, transformando suas peculiaridades no segmento do ensino privado em reivindicações regulamentadoras do trabalho e de sua justa remuneração. O resultado: as Convenções Coletivas de Trabalho assinadas pelo SinproSP são as mais estruturadas em termos de direitos que beneficiam professoras e professores de todos os níveis de ensino.

Além disso, foram essas mesmas gerações de dirigentes que atribuíram ao seu próprio papel uma dimensão ética irrepreensível na condução dos interesses políticos e materiais do SinproSP, bem como seu compromisso permanente com a natureza social da atividade pedagógica.

O resultado desse conjunto complexo de variáveis é o que se vê na 'roda de conversa' que está sendo divulgada nesta 5ª edição da revista GIZ. Assista... ●

Assista a  
roda de  
conversa  
na íntegra:

#5 / 2

SinproSP, 85 anos  
De luta em luta, uma  
conquista atrás da outra

EVENTO ESPECIAL DA  
EDIÇÃO Nº 5 DA REVISTA

85  
ANOS



G  
IZ  
REVISTA DO SINDICATO DOS  
PROFESSORES DE SÃO PAULO

#### Convidados:

▼ **Ricardo Gebrim**

Advogado do SinproSP desde janeiro de 1991, coordenador do Depto. Jurídico



▼ **Celso Napolitano**

Presidente do SinproSP desde 2022 e presidente da Fepesp desde 1997



▲ **Augusto César Petta**

Presidente do Sinpro Campinas entre 1981 e 1990, secretário-geral da Fepesp entre 1991 e 1997, presidente da Contee entre 1994 e 2002, coordenador técnico do Centro de Estudos Sindicais (CES)

▲ **Luiz Antonio Barbagli**

Presidente do SinproSP entre 1991 e 2022 e presidente da Fepesp entre 1991 e 1997



▲ **Fábio Eduardo Zambon**

Presidente do SinproSP entre 1988-1991



\_trabalho

# Sindicatos: que história é essa?

Com a criação da agricultura, no período Neolítico, a propriedade privada se estabelece, a posse da terra passa a ser um parâmetro de riqueza e distinção social. A partir desse momento se configuram as relações de exploração entre os seres humanos e a sociedade se divide entre os que detêm a propriedade dos meios de produção e aqueles que são destituídos dela, que passam a vender sua força de trabalho em troca da sua sobrevivência.

Por SANDRA CABALLERO CHAGAS  
e RITA FRAGA

Com o estabelecimento de sociedades desiguais, com a exploração da mão de obra do camponês, do escravo ou dos trabalhadores urbanos, formas de resistência vão se articulando. A primeira greve da qual se têm registro ocorreu no Egito Antigo.

A luta dos explorados transcende o tempo e o espaço, do Quilombo dos Palmares, no Nordeste brasileiro do século XVII, às revoltas indígenas, como a de Tupac Amaro, no Peru colonizado por espanhóis do século XVIII. No entanto, é com a Revolução Industrial, na Inglaterra, iniciada em aproximadamente 1760, que a luta dos trabalhadores vai adquirindo os contornos atuais.

As condições de vida e de trabalho dos operários nas primeiras fábricas eram terríveis, jornadas de 14/16 horas por dia, baixíssimos salários, ambiente insalubre, multas e castigos físicos, exploração do trabalho infantil e feminino, crianças de 5/6 anos eram raptadas para o trabalho nas minas pela burguesia inglesa. Uma legislação que colocasse limites à exploração desumana era uma miragem.

“Mas para o homem livre, entrar em uma fábrica na qualidade de uma simples mão era entrar em algo um pouco melhor que a escravidão, e todos, exceto os mais famintos, tratavam de evitá-lo, e quando não tinham mais remédio, tentavam a resistir contra a disciplina cruel de uma maneira muito mais consistente do que as mulheres e as crianças, a quem os proprietários de fábricas davam, por isso, preferência.”

*ERIC J. HOBSBAWN*

Como acontece com os explorados, em qualquer parte do planeta, os operários se organizam para a luta por direitos. Num primeiro momento surgem os ludistas, quebradores de máquinas, cujo nome é derivado de uma das supostas lideranças, Ned Ludd. Os historiadores debatem ainda hoje se era um movimento articulado, com reivindicações claras, ou apenas a explosão furiosa contra uma condição análoga à escravidão. A repressão ao movimento ludista, por parte do governo inglês, foi duríssima, incluindo o enforcamento de alguns dos participantes.

No século XIX surgem os primeiros sindicatos, que na Inglaterra foram chamados de “Trades Unions”, que de forma mais organizada, passam a liderar a luta dos operários, articulando greves, produzindo panfletos e jornais que denunciavam as condições desumanas de trabalho e pressionando a burguesia e o Estado por melhorias. Agindo na clandestinidade, sofrem com a repressão violenta.

Basta lembrar a origem do 1º de Maio, Dia do Trabalhador, que está ligada a uma greve geral de operários ocorridas em Chicago, no ano de 1886, com a mobilização de cerca de 340 mil trabalhadores, cuja principal pauta era a redução da jornada de trabalho que chegava a 14 horas/dia. O movimento foi violentamente reprimido, com espancamentos, prisões e condenações a morte de seus líderes, no que ficou conhecido por Massacre de Haymarket.

No século XIX, também na Inglaterra, surge o Movimento Cartista que marcou a união de vários sindicatos do país, na formulação de um documento que, além das reivindicações trabalhistas, tinha uma pauta política de defesa do voto universal e pagamento de salários aos parlamentares. Apenas dessa maneira, os trabalhadores conseguiam eleger seus representantes e, consequentemente, lutar dentro do Parlamento por uma legislação trabalhista.

Também no século XIX, o movimento de trabalhadores dá mais um passo adiante com o surgimento de ideologias políticas como o Anarquismo e o Socialismo que partem da percepção de que é preciso ir além da participação po-

lítica eleitoral dentro das regras da democracia burguesa, o objetivo é a tomada do poder pelos trabalhadores, com a eliminação do sistema Capitalista e a articulação de uma sociedade equitativa, onde não exista a exploração entre os seres humanos e que a riqueza seja apropriada por quem a efetivamente produz, os trabalhadores.

A partir, principalmente, da Segunda Revolução Industrial, em meados do século XIX, as indústrias vão se espalhando e chegando, inclusive, a alguns países periféricos, como o Brasil, e o número de operários cresce em todo o mundo. A partir da articulação anarquista e socialista, surgem as Internacionais Operárias, com a primeira sendo organizada entre os anos 1864 e 1876.

No Brasil, o primeiro surto industrial ocorre no governo de D. Pedro II, com o desenvolvimento de indústrias de bens de consumo, principalmente no eixo Rio-São Paulo. Surgem, então, os primeiros sindicatos organizados por trabalhadores imigrantes que trouxeram para o Brasil a experiência europeia. Até o início do séc. XX, essas organizações tinham no anarquismo sua principal linha política. Após a Revolução Russa, de 1917, os comunistas começam a se fazer mais presentes nas organizações classistas.

Em abril de 1906, foi realizado, no Rio de Janeiro, o 1º Congresso Operário Brasileiro, que teve como consequência a criação da Confederação Operária Brasileira (COB), a primeira central sindical nacional.

Em 1917 ocorreu a primeira greve geral no Brasil, na cidade de São Paulo, mobilizando cerca de 50 mil operários de diferentes setores—tecidos, chapéus, sapatos, móveis, fósforos, parafusos, cerveja, farinha – cujo epicentro foi o assassinato do sapateiro espanhol José Martinez pela força policial.

“O contexto geral da eclosão da greve remete ao período internacional de revoltas, motins e greves que varreu o mundo todo na segunda parte do ano de 1917, particu-

larmente crítico por causa da estagnação do conflito mundial. No caso específico brasileiro e particularmente paulistano, o movimento foi a reação operária a um período de intensificação do horário de trabalho, de subida repentina dos preços e estagnação dos salários: ou seja, de uma fortíssima piora do poder de compra e das condições de trabalho.

A guerra, ao desestruturar e reorientar as antigas redes comerciais e principalmente o aparato produtivo dos países diretamente envolvidos no conflito, fez com que os produtos manufaturados brasileiros pudessem substituir os importados e pudessem também ser exportados mundo afora. A consequência foi uma alta de preços e uma intensificação extraordinária do trabalho, sobretudo manual, uma vez que o maquinário necessário para o salto repentino não podia ser importado rapidamente. O período de desemprego agudo (1913-1914) foi deixado para trás, e todo o sistema produtivo brasileiro apresentou um grande crescimento. A Cia. Puglisi, por exemplo, proprietária do Moinho Santista, da União dos Refinadores e da Manufatura de Chapéus, duplicou seus lucros em 1915 em relação ao ano anterior. Mas o crescimento não atingiu os salários, que não sofreram aumentos comparáveis”

*LUIGI BIONDI*

Ao mesmo tempo em que o movimento operário se articula, ganha força e musculatura ideológica, os governos burgueses buscam controlá-lo e enquadrá-lo, já que não é possível proibi-los, dada a força adquirida pelos sindicatos como representantes dos trabalhadores de diferentes setores em todo o mundo.

A legislação italiana, durante o governo de Mussolini, é um belo exemplo dessa política. Enquanto os sindicalistas legítimos eram perseguidos e condenado à morte, criou-se toda uma estrutura de controle e articulação de um sindicalismo pelego, a “Carta de Lavoro” que buscava estabelecer uma relação de “cooperação” entre patrões e empregados, enquadrando os sindicatos e enfraquecendo a sua atuação.

Essa tentativa de controle das lideranças da classe trabalhadora, criando um sindicalismo cooperativo, linha de transmissão dos interesses dos patrões, não foi uma exclusividade de fascismo italiano. De certa forma, a legislação trabalhista do governo de Getúlio Vargas, nos anos 30/40, segue a mesma lógica.

“O nosso sistema legal, assim, baseou-se em institutos que caracterizaram a forma autoritária de organização sindical, dentre

os quais a necessidade de reconhecimento do sindicato pelo Estado, a natureza pública das funções sindicais, o prévio enquadramento sindical elaborado pelo Estado, o princípio do sindicato único, a contribuição sindical, a intervenção do Estado e o poder punitivo sobre os sindicatos [...]”

*AMAURY MASCARO NASCIMENTO*

Resistindo às tentativas de controle e mantendo o seu caráter combativo, o sindicalismo brasileiro enfrenta um grande desafio durante a ditadura militar (1964-1985), com a perseguição, tortura e morte de vários sindicalistas e a adoção de uma legislação que dificultava a realização de greves e limitava os direitos dos trabalhadores. (lei nº 4.330 de 1964). Atuando na clandestinidade, o movimento sindical se rearticulou a partir da Abertura Política e as greves de metalúrgicos no ABC paulista, a partir de 1979, tiveram um papel fundamental para o fim da ditadura militar.

Luiz Carlos Prates, metalúrgico do ABC, em seu depoimento, relatou prisões ocorridas em uma manifestação do

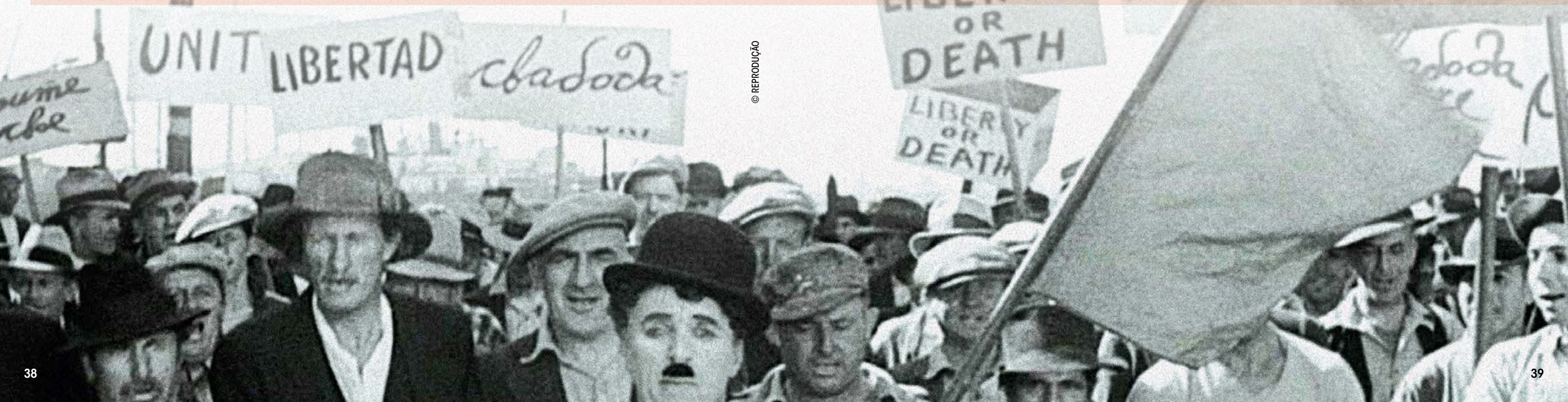
1º de Maio em 1977: Vocês se lembram em 1977, quando houve a prisão do Zé Maria, e do Celso Brambilla, no ABC, por simplesmente estarem distribuindo um material, um panfleto, dizendo o que era o dia 1º de Maio, que era o Dia Internacional dos Trabalhadores. Foram presos, torturados por dias e só não morreram, porque houve uma reação muito forte do movimento estudantil, na época; na USP surgiram as grandes manifestações, como se fala, o apito da panela de pressão. (Depoimento na 29ª audiência pública realizada pela Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva”, dentro do Seminário “Trabalhadores que resistiram à ditadura”, em 05/04/2013)

Os metalúrgicos, os bancários e os funcionários públicos lideraram a formação de novas lideranças sindicais, com apoio dos núcleos de base da Igreja Católica e, como foi dito acima, tiveram um importante papel na luta pela redemocratização do país. Em 1980 foi fundada a primeira central sindical em meio aos últimos anos da ditadura militar, a CUT – Central Única dos Trabalhadores.

Nos primeiros anos da Nova República, a grande bandeira sindical foi a luta contra a corrosão salarial provocada pela hiperinflação, uma das heranças nefastas da ditadura. Outro grande problema enfrentado pelos sindicalistas foi o alto índice de desemprego que assombrava a classe traba-

lhadora, mesmo após o controle da hiperinflação. Em 2002, último ano do governo de Fernando Henrique Cardoso, a taxa de desemprego chegou a 20,6% nas regiões metropolitanas. Segundo pesquisa de Emprego e Desemprego do DIEESE, durante o governo Temer, em 2017, o país se aproximou desse índice, com 18,6% da população economicamente ativa desempregada.

Enquanto luta contra a herança maldita da ditadura: inflação, desemprego e arrocho salarial, a partir dos anos 90, os sindicatos tiveram que lidar com a implementação das políticas neoliberais, em voga na Europa e EUA desde os anos 70, mas, que serão a linha diretiva das políticas econômicas de Fernando Collor (1990-1992) e Fernando Henrique Cardoso (1994 – 2003). Privatizações, abertura da economia, desregulamentação e enfraquecimento dos sindicatos, a receita é seguida à risca.



© REPRODUÇÃO

No que diz respeito ao movimento sindical, a política neoliberal será acompanhada de uma redução da base de trabalhadores formais, entre outros motivos, pela revolução tecnológica. O importante Sindicato dos Bancários de São Paulo, essencial na luta trabalhista, viu sua base minigar, com a informatização dos bancos. Hoje uma greve no setor, devido a tecnologia de atendimentos remotos, via celular, não causa quase impacto no cotidiano das pessoas. A eliminação de agências físicas e o surgimento de bancos virtuais é um outro desafio para a mobilização dos trabalhadores do setor.

No século XXI, além da reforma trabalhista ocorrida em 2017, durante o governo ilegítimo de Michel Temer (2016 – 2019), que estrangulou financeiramente os sindicatos, a “gig economy” ou economia dos aplicativos, levou a uma queda no número de trabalhadores formais, com a precarização das relações trabalhistas, além de dispersar a força de trabalho. Em 2024, cerca de 40 milhões de trabalhadores brasileiros estavam na informalidade, o que corresponde a cerca de 40% da mão de obra economicamente ativa. O impacto desses números para a sustentação da Previdência Social e organização sindical é desastroso.

A política neoliberal, calcada no empreendedorismo e meritocracia, que transforma a força de trabalho em capital humano, ataca frontalmente os sindicatos. O individualismo e a busca por sucesso profissional baseado na falácia de que basta o esforço pessoal para o enriquecimento, desqualifica a luta coletiva de uma busca por melhorias nas condições de trabalho que sejam comuns a toda uma categoria.

Nesse processo de desestruturação dos sindicatos, a mídia corporativa, além das redes sociais, cumprem um papel ideológico fundamental. Da desqualificação do sindicalismo, com acusações de corrupção, peleguismo, entre outras, tentam afastar os trabalhadores das suas organizações, favorecendo empresários e governos burgueses que não são confrontados por uma mão de obra organizada. O ataque ao funcionalismo público, com terceirizações irrestritas, privatizações e ausência de concursos públicos, é outro importante elemento. Em São Paulo, por exemplo, o número de professores contratados nas escolas estaduais é maior que o número

de concursados. A precarização do trabalho docente dificulta a sua mobilização para lutas coletivas.

Nas redes sociais vemos, por obra de influenciadores digitais, a desqualificação do trabalho formal. “CLT” virou ofensa entre os mais jovens e sinônimo de pobreza e fracasso. Aqueles que querem sucesso profissional devem buscar o empreendedorismo como forma de enriquecimento e ascensão social. O individualismo se sobrepõe ao coletivo.

No entanto, sindicato é o maior instrumento da luta coletiva dos trabalhadores, tendo um papel fundamental na defesa dos direitos trabalhistas, nas condições laborais dignas, nos salários justos e na promoção de um ambiente de trabalho seguro.

O sindicato tem como principal objetivo as negociações coletivas que buscam condições de trabalho dignas, salários justos e benefícios. É através das negociações coletivas que os trabalhadores se organizam e se unem para a construção de uma pauta de reivindicações, a partir de uma frente unificada para negociar com os empregadores. Dessa forma cria-se um equilíbrio de poder mais justo nas relações trabalhistas, já que os empregadores muitas vezes têm maior influência e recursos.

O maior patrimônio do Sindicato dos Professores de São Paulo (SinproSP) são seus Acordos e Convenções Coletivas de Trabalho, assegurando à categoria conquistas importantes que não se encontram na CLT. A garantia semestral de salários, bolsa de estudos para os filhos de professores, são apenas alguns exemplos.

Recentemente os Sindicatos sofreram um golpe. A “Reforma Trabalhista”, trouxe muitas mudanças à estrutura e organização sindicais, com o objetivo político de enfraquecer a luta dos trabalhadores e dificultar sua mobilização. Esse enfraquecimento traz vantagens para o empregador e desvantagens crescentes para o trabalhador.

É preciso resistir a esse cenário desalentador e buscar o fortalecimento dos sindicatos e a valorização da luta coletiva na busca por melhores condições de trabalho e na construção de uma sociedade fraterna. Os sindicatos sempre foram e continuarão a ser um instrumento fundamental na garantia de um trabalho digno, para muito além da questão salarial. ●

O maior patrimônio do Sindicato dos Professores de São Paulo (Sinpro) são seus Acordos e Convenções Coletivas de Trabalho, garantindo à categoria conquistas importantes que não se encontram na CLT.

A garantia semestral de salários, bolsa de estudos para os filhos de professores, são apenas alguns exemplos.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BIONDI, L. Greve Geral de 1917. Disponível em <https://atlas.fgv.br/verbetes/greve-geral-de-1917>.
- HOBBSBORN, Eric J. A era das revoluções: Europa 1789 -1848. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- NASCIMENTO, A. M. Curso de Direito do Trabalho. 21ª edição. São Paulo: Saraiva, 2006, p. 74.




# Educação à distância como mercadoria brasileira?

O presente texto propõe um panorama do processo de formação e sucateamento do Ensino Superior no Brasil, com especial atenção ao marco regulatório da EaD. Nossa preocupação central é que a classe docente compreenda essas mudanças, principalmente aqueles que atuam em instituições privadas com fins lucrativos. É nosso papel garantir que a interpretação desse processo não seja exclusiva de governos ou empresas, mas seja liderada por instâncias como os Sindicatos, que têm a legitimidade de defender os interesses de sua categoria.

O texto se divide em dois momentos, sendo primeiro um arrazoado histórico sobre a formulação do Ensino Superior Brasileiro. Na sequência é apresentada a análise do Novo Marco Regulatório do EaD, redigida pelo Prof. Dr. Leandro Capella. Por fim, algumas reflexões de conclusão dos argumentos apresentados, que têm como tese central que: o marco regulatório não é a solução que queremos, mas é uma primeira resposta que precisávamos para encarar e refrear o interesse financeiro no Ensino Superior Brasileiro.

Por IBERÊ MORENO



## A invasão do capital estrangeiro nas Instituições de Ensino Superior no Brasil

## Panorama Histórico: A Neoliberalização da Educação

Desde o século XVIII, a sociedade brasileira vive disputas sobre a educação superior. Infelizmente, a tragédia de defensores da educação, como Anísio Teixeira, que foi assassinado em 1971 por defender um projeto educacional para o país, representa as perdas que só ressurgiram no debate nacional após a Constituição de 1988.

A partir da Constituição de 1988, as empresas de educação usaram a demanda por autonomia universitária para abrir caminho para a independência comercial do setor. Essa interpretação neoliberal, sacramentada pelas Leis de Diretrizes e Bases (LDB) de 1996, permitiu que instituições de ensino superior visassem o lucro, o que subverte a luta pela construção nacional. O resultado foi um crescimento exponencial das empresas educacionais: o Censo do Ensino Superior de 2022 mostra que 77% das matrículas estão em instituições com fins lucrativos. Para sustentar esse crescimento, foram criados financiamentos públicos como o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) e o Programa Universidade para Todos (ProUni), que canalizaram recursos para o setor privado.

O Ensino à Distância (EaD), regulamentado em 1998, potencializou ainda mais essa lógica de mercado. Ele permitiu a massificação do ensino com a transformação da aula em um procedimento técnico replicável a baixo custo, o que facilitou a entrada de fundos de investimento no mercado educacional. Esse crescente de exploração financeira da Educação Superior brasileira vai se agudizar ainda mais com o golpe contra Dilma Roussef e as gestões de Michel Temer e Jair Bolsonaro. O Golpe Jurídico-Midiático contra a presidenta foi uma resposta às políticas fiscais, financeiras, bancárias e econômicas que vinham sendo realizadas. Criou-se um caos político que foi um

mar de calma para a invasão do capital estrangeiro e da lógica neoliberal no mercado educacional.

Com as reformas trabalhistas, ou melhor dizendo, “deformas” de 2017, abriu-se caminho para um fortíssimo sucateamento das trabalhadoras e dos trabalhadores do Ensino Superior. Deslegitimando muitas das características de autonomia e de segurança empregatícia da carreira docente, o processo foi ainda mais aprofundado com o “desgoverno” de Jair Bolsonaro. Principalmente no período de comando de Abraham Weintraub, um dos 6 ministros de Educação desse governo, foram revogadas leis e regulamentações que até então impediam a devassidão no setor. O que já seria complicado pelas questões ideológicas do “desgoverno” foi ainda mais catalisada com a COVID-19.

Claro que ainda em 1998, ano da promulgação do decreto de regulamentação do EaD, não tínhamos as condições tecnológicas que praticamente 30 anos depois temos. Mas ali estavam já postas as possibilidades de escalonamento do processo de Ensino-Aprendizagem, ou seja, a transformação da educação em um procedimento técnico que pode ser replicado com baixíssimo custo em um gigantesco território. Estavam dadas as condições para que os fundos de investimento, salvaguardados pelo discurso de expansão do ensino, pudessem transferir suas práticas e lógicas de gestão corporativa para a gestão também do Ensino. Transforma-se a aula em um vídeo, subemprega-se a pessoa docente como tutor, e a educação que deveria ser complexa passa a ser como preencher planilhas, garantindo a possibilidade de gerenciar os dados sem intervenção humana, ou com a menor possível. Se as teorias econômicas nos dizem que o lucro advém da exploração da mão de obra, agora no século XXI com o modelo EaD encontramos a maximização da exploração do próprio produto, uma vez que a pessoa que tra-

balha passa a ser nula em boa parte do processo, tendo cedido seu direito autoral para esse processo em troca de valores irrisórios.

O interesse na educação brasileira, mais uma vez em disputa, é vencido nessa etapa pelo interesse financeiro. Com as políticas públicas de bolsas e financiamentos, somadas com a pulverização massiva do acesso, seja pelo EaD sejam pelas instituições financiadas pelos fundos de investimento, vemos um salto titânico no número de matrículas. O Ensino Superior Brasileiro passou a ser visto como um excelente ativo de mercado, uma vez que os recursos públicos fluíam em grandes volumes para garantir as vagas nessas instituições.

Não se pode omitir que houve de fato um esforço também por parte do governo de ampliar o número de vagas e facilitar o acesso ao Ensino Superior em Instituições Públicas. Seja com o Reuni (Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais), com a ampliação e estabilização do ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio) e criação do SiSU<sup>1</sup> (Sistema de Seleção Unificada), ou mesmo com a criação de 18 novas Universidades Federais em 10 anos (2002-2012). Mas os movimentos públicos não conseguiam atender às demandas de mercado, tanto as empresas que queriam uma mão de obra mais tecnicamente qualificada, quanto pelos fundos de investimento que queriam canibalizar o mercado do Ensino Superior. Para conseguir suprir essa lacuna, o FIES foi fortemente ampliado e foi criado o ProUni (Programa de bolsas integrais para estudantes com bom desempenho no ENEM).

A chamada então democratização do Ensino Superior, paradoxalmente, entra em uma espiral complexa que vai levar a qualidade de ensino para pontos mais nefastos. A partir de 2012 houve uma importante transformação nas estruturas do FIES, com um crédito ainda mais barato para o Estudante, um acesso ilimitado ao recurso público e a concentração dos riscos de inadimplência nas contas da União. Isso foi somado a o que já se vivia 4 anos antes com a Crise Financeira de 2008, o que criou no interesse

financeiro a necessidade de fontes mais estáveis de exploração. Conforme analisa Leher de acordo com Capella:

*Diversos fundos de investimentos enxergaram o potencial do mercado educacional brasileiro iniciando o vasto ciclo de aquisições e de formação dos avançados grupos de educação superior com potencial monopólico. A principal novidade foi a presença de fundos de investimentos (sobretudo de private equity) de distintas características (Leher, 2022, p. 89 apud CAPELLA, 2025).*

1. O Sistema de Seleção Unificada visa principalmente aumentar as chances do concorrente de ingressar em uma instituição pública. Se antes era necessário que a pessoa concorrente tivesse que realizar uma prova de vestibular para cada Instituição, agora basta que ela realize o Enem e com essa nota possa concorrer a um número maior de vagas, uma vez que pode se inscrever para vagas em todas as instituições públicas cadastradas no sistema.



Não demorou muito tempo para que fosse possível reparar os efeitos disso. Mais do que indicar aqui os processos de fusão e aquisição, assim como mapear as empresas que se formaram, é interessante seguir o dinheiro público. Como fazem os pesquisadores que pesquisam lavagem de dinheiro, ao buscar a origem ou o destino do dinheiro encontraremos que houve na verdade um grande financiamento de uma gigantesca especulação financeira. Acabou-se por atender o mercado com uma mão de obra técnica-burocrática, que carrega um diploma de Ensino Superior, mas que dificilmente se desenvolveu academicamente, assim como garantindo a absorção de dinheiro público através de programas de desenvolvimento da educação. O dinheiro que deveria atender ao povo brasileiro passa a garantir proventos para fundos de investimento estrangeiros que não tem qualquer compromisso com nosso país.

Já no “Diagnóstico FIES” realizado pelo Ministério da Fazenda em 2017, encontramos um salto de 300 mil matrículas FIES em 2011 para 1,9 milhão em 2015. Um aumento de mais de 6 vezes em apenas 4 anos, enquanto no mesmo período houve um aumento de apenas 200 mil vagas no Ensino Superior Público. É interessante analisar ao menos um dos gráficos desse diagnóstico para perceber como então esses Fundos de Investimento vão ocupando vagas e drenando recursos públicos:

Após a implementação do programa, e até 2001, não foi superada a marca de 100 mil matrículas, o que em 1999 representava aproximadamente 4% do total das matrículas no Ensino Superior. Mesmo com um crescimento em 2002, o programa não passa a casa de 200 mil matrículas até 2011, quando atinge a casa de 300 mil matrículas. Cabe como exemplo do avanço exponencial que em 2012, ano do primeiro grande salto e de implementação de políticas para ampliar o programa, é atingida a casa de 600 mil matrículas, o que ainda representava aproximadamente 10% das matrículas totais. Observando o final da série histórica apresentada, podemos identificar que as matrículas com FIES já representavam aproximadamente 29% do total das matrículas em 2015.

Essa progressão ainda é acompanhada com o crescimento do modelo EaD. Se em 1998 não havia condições tecnológicas e nem financeiras perfeitas, a partir da segunda década do século XXI, o que pode ser realizado tem novas possibilidades de exploração pelo capital estrangeiro. De acordo com o Censo da Educação Superior de 2023, realizado pelo INEP, em 2013 o Brasil tinha 1.258 cursos de Graduação a distância, após 5 anos já é possível constatar um aumento

de aproximadamente 153%, chegando em 10 anos a 10.554 cursos, ou seja, um aumento acumulado total aproximado de 739% no período total da análise. Os dados podem ser aprofundados no Censo de 2023, que nos ajuda a perceber a redução no peso de cursos de Graduação Presencial, que tiveram um crescimento de 4.614 cursos, ou seja, um aumento de 15% apenas.

Em 2015, em uma gestão federal já combalida pela atuação corporativista da câmara legislativa que caminhava para o golpe contra a presidenta, foi realizado um corte de 50% no FIES, o que justifica a redução de matrículas assim como o aumento em um segundo nicho de exploração dos fundos de investimento, o EaD. Por isso, as crescentes nesse mercado vão se acentuando a partir dessa data, ressonando de acordo com os movimentos políticos financeiros do governo Temer e, posteriormente, da gestão Bolsonaro.

Após o Golpe contra Dilma Roussef em 2016 e com a gestão de Michel Temer, podemos observar um forte salto no número de cursos à distância. Se entre 2013 e 2016 temos um acréscimo de 404 cursos EaD, no ano seguinte temos um aumento de 446, ou seja, em apenas um ano o aumento foi maior do que o acumulado até 2016. Isso fica ainda mais espantoso quando observamos em 2018 um aumento de 1069 novos cursos, quase o número total de cursos à distância na série histórica analisada. Esses aumentos vertiginosos tem relação com as políticas neoliberais da gestão Temer, passando inclusive pela “deforma” trabalhista de 2017, que sucateou ainda mais a carreira docente e flexibilizou o cenário financeiro para que os fundos de investimento estrangeiro pudessem conseguir operar de maneira ainda mais exploratória nesse mercado.

Não é um acaso que 2017 é um ano marcante para várias das instituições mercantis de educação superior. De acordo com Leandro Capella, é nesse ano, graças ao governo Temer, que são implementadas políticas seguindo a lógica da garantia de abertura desse mercado, sendo um ponto de virada para o crescimento e consolidação das grandes marcas que hoje compõem a larguíssima maior fatia do Mercado de Ensino Superior Brasileiro, uma vez que 77% das atuais vagas de todo o país estão em Instituições de Educação com Fins Lucrativos. Conforme o educador afirma:

*Além disso, a abertura do setor educacional para o capital estrangeiro foi reforçada pela Medida Pro-*

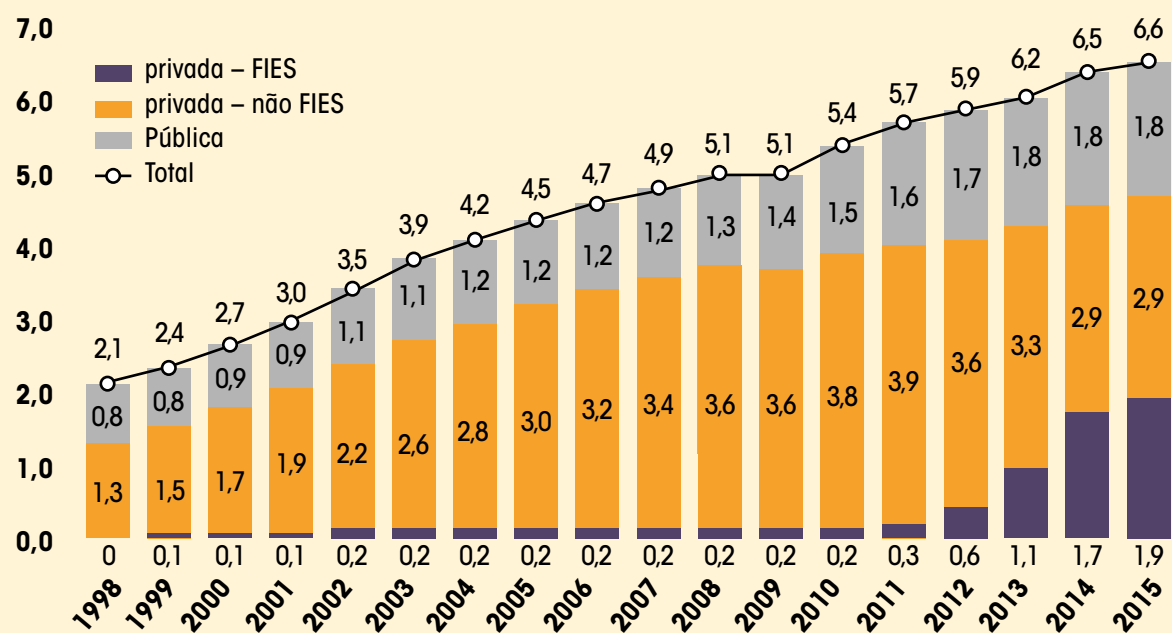
*visória nº 785, de 6 de julho de 2017, que posteriormente foi convertida na Lei nº 13.530, de 7 de dezembro de 2017. Esta legislação facilitou a entrada de capital estrangeiro na educação, permitindo que instituições de ensino superior no Brasil se beneficiassem de investimentos internacionais. (CAPELLA, 2025)*

Portanto, de acordo com o último censo do Ensino Superior, do total de vagas nesse nível acadêmico, 84% estão em IES com fins lucrativos e estão na modalidade EaD, ou seja, aproximadamente ¾ de todas as vagas no Ensino Superior estão em Instituições com Fins Lucrativos e na modalidade EaD, o que precisa ser confrontado com o fato de termos menos ¼ nas demais instituições e modalidades, sendo 3,5% das vagas no Ensino Superior Público Presencial, aproximadamente 6% no Ensino Superior Privado Sem Fins Lucrativos Presencial e 12% das vagas totais no Ensino Superior Privado com Fins Lucrativos Presencial.

Menos de ¼ do ensino superior brasileiro é presencial e de cada 100 universitários apenas 4 estão no ensino superior público presencial. Esse é o projeto de destruição educacional no qual estamos, com a discussão sobre a formação de uma nação nas mãos de fundos de investimentos e uma lógica de gestão pública que se isenta de suas verdadeiras responsabilidades nacionais. Os investidores não estão preocupados com qualidade de ensino, qualidade de trabalho docente, permanência estudantil e tantas outras questões, afinal o foco desses agentes financeiros é com o lucro gerado pela especulação a partir desses mecanismos gerenciais de formação técnica-acadêmica.

É importante lembrar que o capital especulativo estava em busca de financiamentos estáveis e contínuos. Sabiam que se respaldar em recursos públicos seria um modo de estruturar suas Empresas de Ensino Superior, que posteriormente poderiam ampliar a reprodução do trabalho e do produto através da transformação desse processo em uma estrutura remota e assíncrona. O que era educação vai se transformando em monitoramento, adequação de padrões e produção de informação, tornando irrelevante o processo de transformação discente no processo. É uma retomada a uma lógica conteudista do conhecimento, permitindo uma forte desregulamentação, que de acordo

### Número de matrículas (em milhões) - Pública x Privada (Fies e não Fies)



Fonte: INEP, SisFies e Caixa. Obs.: FIES – privados foram considerados os contratos em utilização, observados de 2010 a 2015 e calculados para os outros anos, retirando dos ativos o percentual de cancelamento/conclusão observado nos últimos anos.

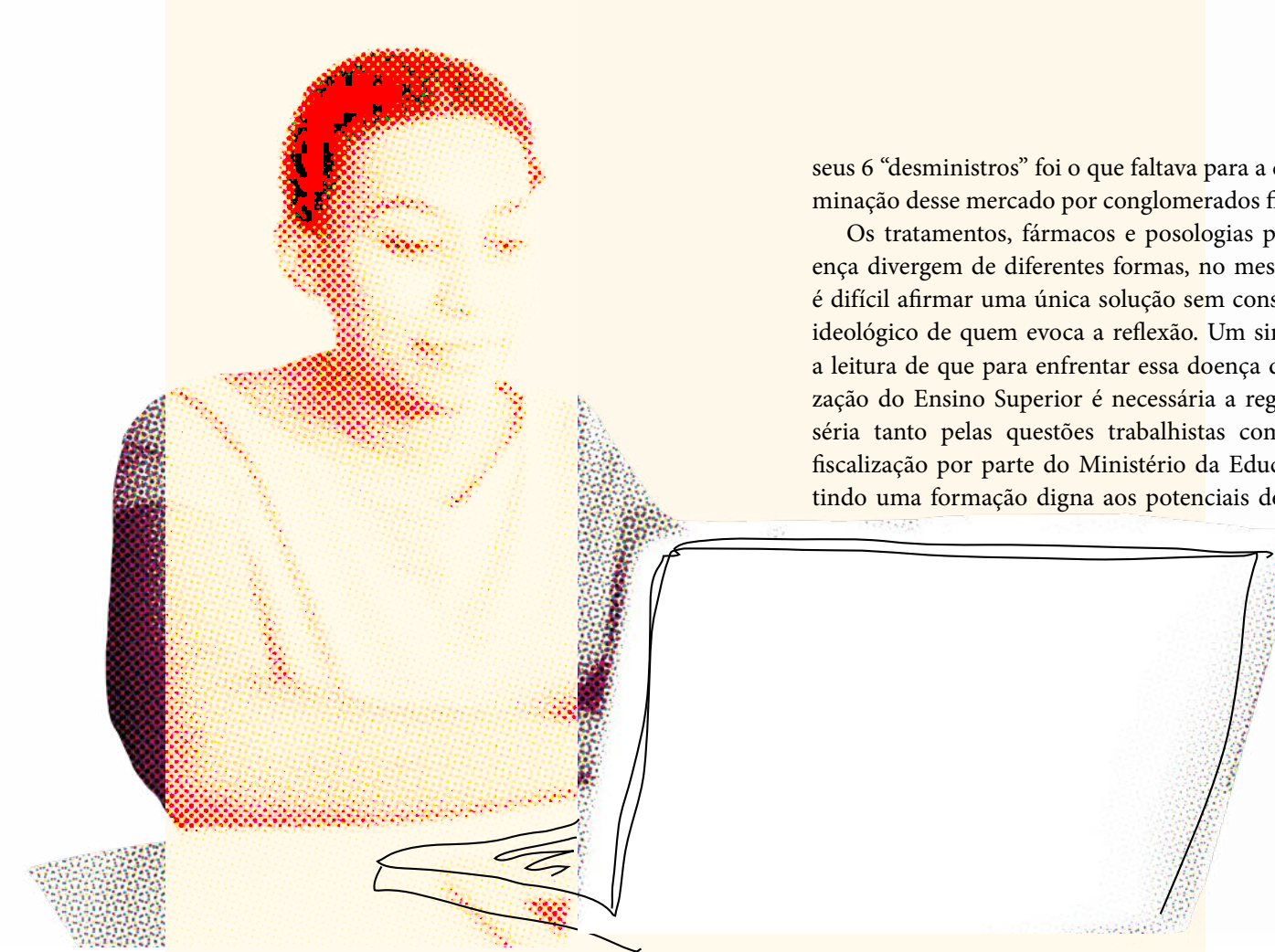
com Capella ocorreram em função de lobby e apoio do governo vigente. Conforme afirma:

*Por meio de lobby e de grande representatividade política, em pouco mais de dois anos, uma série de decretos e portarias foram regulamentados de modo que servissem aos interesses dessas elites. Abordasse, portanto, algumas das principais regulamentações no ensino superior brasileiro, que levaram – e ainda levam – à demissão em massa de professores e à diminuição radical de sua carga horária letiva, entre outras violências. Leis que, a partir de suas promulgações, ameaçam a própria existência da profissão “professor de ensino superior”, especialmente no segmento privado com fins lucrativos.*

Por isso, já foram publicados textos falando da morte dessa profissão – docente do ensino superior privado – e sempre relatando a impossibilidade física e mental de lidar com a sobrecarga de discentes, burocracia e tantas outras demandas. Essa somatória de fatores ainda é catalisada pela eleição de Jair Messias Bolsonaro e da Pandemia da COVID-19, que criaram as condições perfeitas para a execução de um plano total de ensino à distância, o que comprovaria suas pretensas eficiência e efetividade.

Logo em 2019, ainda antes da Pandemia o governo Bolsonaro publicou a Portaria MEC nº 2.117/2019, que revogou a portaria nº 1.428 e ratificou a ampliação da carga horária de 40% dos cursos presenciais em modalidade EaD, com exceção do curso de Medicina, ou seja, garantindo a possibilidade de que até 40% de uma graduação com diploma de presencial fosse realizada na modalidade à distância. A mentalidade dos gestores e fundadores desse modelo é nefasta e retira completamente a lógica educacional do processo de aprendizagem. A compreensão gerencial-financeira pode ser entendida conforme Daniel Castanho, um desses magnatas, afirma em entrevista à repórter da Folha de São Paulo, Joana Cunha:

*... imagine um modelo em que o aluno pagasse só a metade do que ele deveria pagar, mas depois de formado ele completasse com 10% do salário dele por x anos. E o professor receberia metade do seu salário, para receber aquele restante depois. Isso muda a relação. Imagine que o professor só recebesse por aquilo que o aluno aprendeu e não pela aula que ele deu. Quando se inverte essa lógica, muda o modelo de negócio. (Apud Capella, 2025)*



Nunca foi pela educação, sempre foi pelo negócio. Nunca foi investimento no país, sempre foi exploração de um mercado. É nessa toada de frases dogmáticas que queremos provocar a reflexão sobre o que passou a ser a bússola nacional da nossa educação, que viu na pandemia seus polos invertidos, apontando para a consolidação do Ensino à Distância. Ao mesmo tempo, a resposta para o barateamento de custos para as empresas e a comprovação de que o “futuro da educação é digital”. Ignorando claramente as questões de desigualdade e veladamente revelando seus preconceitos de classe.

Nesse contexto implementa-se um plano de destruição educacional, que foi gestado pelas devassidões políticas corporativistas e neoliberais do governo golpista de Michel Temer. A desregulamentação da educação, o desmanche de diversas secretarias e demais instâncias de fiscalização, assim como a presença de investidores neoliberais e especuladores financeiros nos grupos de interesse da ideologia vigente nesse período marcam a aceleração na capitalização e no fortalecimento dos conglomerados. Se Ricardo Salles falava de passar a boiada no campo da proteção ambiental, o caos perpetrado no ministério da educação com

seus 6 “desministros” foi o que faltava para a completa dominação desse mercado por conglomerados financeiros.

Os tratamentos, fármacos e posologias para uma doença divergem de diferentes formas, no mesmo caminho é difícil afirmar uma única solução sem considerar o viés ideológico de quem evoca a reflexão. Um sindicato toma a leitura de que para enfrentar essa doença da financeirização do Ensino Superior é necessária a regulamentação séria tanto pelas questões trabalhistas como uma real fiscalização por parte do Ministério da Educação, garantindo uma formação digna aos potenciais do nosso país.

Temos também a consciência das forças em disputa no cenário político e econômico, reconhecendo quem somos e quem podemos alcançar, por isso nos é sábio avaliar com atenção as possibilidades e saber valorizar as conquistas possíveis, não apenas sonhar nossos projetos.

Por isso, a seguir está a análise realizada pelo Prof Dr Leandro Capella sobre o Novo Marco Regulatório, o que pode nos informar e alimentar o debate necessário que precisa acontecer nas salas de aula do Ensino Superior. A contextualização encerra não em um tom de esperança, mas com pés firmes na realidade e conscientes dos desafios, projetando assim nossa esperança enquanto classe trabalhadora em mobilização e conscientização.

## O Novo Marco Regulatório: Avanços e Desafios

Com a publicação do Decreto nº 12.456, de 19 de maio de 2025, o Ministério da Educação (MEC) altera as regras da Educação a Distância (EaD) e regulamenta, pela primeira vez, a modalidade semipresencial - um formato que já era amplamente adotado, especialmente nas instituições pri-

vadas, porém sem normativas claras até então. O decreto surge como resposta a um problema crescente, já apontado por pesquisadores da educação, entidades de classe e movimentos sociais: a expansão desenfreada da EaD, que, nos últimos anos, passou a concentrar a maior parte das matrículas na educação superior.

Após a publicação do Censo da Educação Superior de 2022, o próprio Ministro da Educação, Camilo Santana, manifestou apreensão com esse cenário, destacando que a preocupação do governo “não é o fato de ter um curso a distância, mas garantir qualidade nesse curso que é oferecido para a formação desse profissional.”<sup>2</sup>

Neste trecho, procuramos apresentar um panorama das principais mudanças trazidas pelo novo decreto, apontar aspectos que merecem atenção e propor uma reflexão crítica sobre os possíveis impactos dessa regulamentação na educação superior. Não é novidade que representantes das mantenedoras privadas ocupam espaços estratégicos nas discussões que envolvem o setor. Historicamente, esses grupos exercem forte lobby em Brasília, buscando moldar as políticas públicas de acordo com seus interesses mercadológicos - muitas vezes em detrimento da qualidade da formação e dos direitos trabalhistas docentes. Não por acaso, a imprensa tem apontado a atuação decisiva desses setores na elaboração do novo marco.<sup>3</sup>

Por outro lado, o MEC sustenta que o decreto busca “assegurar padrões de qualidade que fortaleçam a confiança na modalidade e garantam efetiva aprendizagem e também destaca sua implementação”,<sup>4</sup> fruto, segundo a pasta, de “amplo diálogo com diferentes setores da sociedade”, que “contou com uma comissão de especialistas, com larga experiência em educação a distância e em políticas públicas”.<sup>5</sup>

2. <https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2023/10/censo-da-educacao-superior-2022-reforca-preocupacao-com-excesso-de-cursos-a-distancia-e-com-a-formacao-de-professores>

3. <https://valor.globo.com/politica/coluna/o-lobby-presente-na-educacao-a-distancia.ghtml>

4. <https://www1.folha.uol.com.br/opinia0/2025/05/educacao-superior-a-distancia-garantir-acesso-com-qualidade.shtml>

5. <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2025/maio/assinado-decreto-que-institui-a-nova-politica-de-ead>

O Artigo 2º do decreto estabelece, entre seus princípios, a promoção do acesso à educação superior de qualidade, o fortalecimento da interação entre estudantes e profissionais da educação e a valorização da docência. A grande questão que se coloca é: como esses princípios se efetivarão na prática?

A principal mudança trazida pelo novo marco é a regulamentação da modalidade semipresencial - ou “híbrida”, no vocabulário das próprias instituições. A partir de agora, a educação superior organiza-se oficialmente em três modalidades: presencial, semipresencial e à distância. Nos cursos presenciais, ao menos 70% da carga horária deve ser efetivamente presencial (antes eram 60%). Nos cursos semipresenciais, exige-se um mínimo de 30% de atividades presenciais, além de 20% de atividades presenciais ou síncronas, mediadas. Já os cursos totalmente à distância devem ter pelo menos 10% de atividades presenciais.

O Artigo 3º define que “As atividades presenciais poderão ocorrer na sede da Instituição de Educação Superior, nos campi fora das respectivas sedes, no Polo EaD, em ambiente profissional, em espaços para atividades de extensão ou em outros espaços de aprendizagem previstos no Projeto Pedagógico do Curso, observadas as Diretrizes Curriculares Nacionais e a legislação pertinente”. Na prática, isso significa que nem toda atividade presencial exige, necessariamente, a interação direta com docentes responsáveis pelas unidades curriculares. Esses momentos podem ocorrer nos polos, que deverão “possuir espaços e infraestrutura física e tecnológica adequados às especificidades dos cursos ofertados”, bem como “contar com um responsável designado e capacitado pela Instituição de Educação Superior, para apoiar os estudantes nas funcionalidades educacionais e nas rotinas acadêmicas”

Esse desenho acende um sinal de alerta: sem fiscalização efetiva, existe o risco de que os cursos semipresenciais se tornem, na prática, uma EaD “premium” - sem a vivência acadêmica no campus, sem a mediação direta do corpo docente, limitando-se a alguma assistência pedagógica nos polos, longe de se viver a real experiência

transformadora que a educação superior de qualidade deveria proporcionar.

Atendendo a outra importante demanda da sociedade, o decreto estabelece, em seu Artigo 8º, que os cursos de Direito, Medicina, Enfermagem, Odontologia e Psicologia devem ser ofertados exclusivamente na modalidade presencial. Já as licenciaturas e outros cursos da área da saúde podem ser ofertados nas modalidades presencial ou semipresencial, uma mudança relevante diante do processo acelerado de eadização das licenciaturas -especialmente nas instituições privadas. Segundo dados do Censo da Educação Superior de 2023 (INEP/MEC),<sup>6</sup> 90% dos futuros professores estão sendo formados via EaD.

Para as atividades assíncronas e síncronas mediadas, o decreto institui a figura do mediador pedagógico, que deverá possuir formação acadêmica compatível com a área do curso, diferentemente do tutor, que passa a ter uma função exclusivamente administrativa. Essa medida tem potencial para qualificar as interações nos ambientes virtuais, visto que, até então, muitos estudantes eram acompanhados por tutores sem formação específica na área, responsáveis, inclusive, por múltiplos cursos de diferentes campos do conhecimento. Reconhecemos que essa pessoa que exerce essa profissão é parte da categoria docente, e portanto deve ser tratada como tal.

Contudo, a instituição dessa nova figura suscita alguns importantes questionamentos por diversos atores da sociedade como as próprias mantenedoras. O primeiro deles refere-se ao fato de que, embora mais próximo aos atributos do professor, o mediador pedagógico ainda não deixa de ser uma forma precarizada da profissão professor, um “rebaixamento” de suas funções e remuneração. Atendendo assim interesses de sucateamento enquanto transfere para uma nova disputa trabalhista a interpretação real dessa função docente, que reafirmamos como parte da nossa categoria.

Nos fica a dúvida de como essas mesmas instituições mercantis irão visualizar esse profissional em termos de classe: será considerado professor e, portanto, possuidor dos mesmos direitos trabalhistas e de representação

sindical que os professores regentes? Ou será considerado uma figura mais próxima ao tutor, não gozando dos mesmos direitos dos docentes presenciais? Reiteramos, e repetiremos quantas vezes forem necessária, de que o sindicato compreende esse movimento como uma conquista, dado que esse profissional será registrado no MEC, sendo assim, interpretamos como parte da categoria docente.

Complementando o decreto, a portaria Nº 381, de 20 de maio de 2025, define as regras de transição para adequação ao novo marco. Os cursos que não se adaptarem entrarão em extinção, com a proibição de novas matrículas 90 dias após a publicação da portaria. Já as adequações na infraestrutura dos polos terão prazo de até dois anos, o que abre margem para possíveis manobras que posterguem ou flexibilizem sua efetiva implementação. Ainda carecem de maiores atuações por parte do Ministério e suas agências, para podermos garantir que o projeto não se desvirtue, e mais do que isso, que o momento seja um impulso em favor de uma positiva reforma educacional brasileira.

Em síntese, o decreto avança em relação ao cenário anterior, fruto da mobilização de docentes, discentes, entidades de classe e forças políticas em defesa de uma melhor qualidade de ensino e condições de trabalho mais dignas aos profissionais da educação. No entanto, é fundamental que permaneçamos vigilantes aos desdobramentos práticos dessa regulamentação e, sobretudo, aos movimentos das instituições na tentativa de burlar ou minimizar os avanços conquistados. A luta em defesa da educação e dos direitos dos trabalhadores da educação continua. E será permanente.

## O Papel da Categoria Docente

Nossa tese central é que o marco regulatório não é a solução ideal, mas é uma primeira resposta necessária para refrear o interesse financeiro no Ensino Superior. A luta em defesa da educação e dos direitos dos trabalhadores é permanente.

É nosso dever construir uma leitura crítica do processo. Com menos de 1/4 do ensino superior brasileiro sendo presencial e apenas 4 a cada 100 universitários es-

tarem no setor público, a responsabilidade da docência do ensino superior privado na formação da vasta maioria da população é imensa. A categoria precisa se mobilizar para garantir um projeto acadêmico nacional digno, soberano e coerente com o nosso potencial. ●

6. [https://download.inep.gov.br/educacao\\_superior/censo\\_superior/documentos/2023/apresentacao\\_censo\\_da\\_educacao\\_superior\\_2023.pdf](https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2023/apresentacao_censo_da_educacao_superior_2023.pdf)

### BIBLIOGRAFIA:

- As vantagens do ensino presencial na formação de professores – Jornal da USP
- Vista de Nuevas leyes para la educación superior pública en Brasil: desafíos para su implementación
- <https://doi.org/10.51189/integrar/rema/4643>
- [www.gov.br/fazenda/pt-br/central-de-conteudo/publicacoes/boletim-de-avaliacao-de-politicas-publicas/arquivos/2017/diagnostico-fies-junho-2017](http://www.gov.br/fazenda/pt-br/central-de-conteudo/publicacoes/boletim-de-avaliacao-de-politicas-publicas/arquivos/2017/diagnostico-fies-junho-2017)
- [www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/537564/noticia.html?sequence=1&isAllowed=y](http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/537564/noticia.html?sequence=1&isAllowed=y)
- Educação Superior — Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira | Inep
- tabelas\_de\_divulgacao\_censo\_da\_educacao\_superior\_2023.xls
- [portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/D2494.pdf](http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/D2494.pdf)
- Decreto nº 12.456/2025
- Portaria MEC nº 378/2025
- Portaria MEC nº 506/2025
- Portaria MEC nº 381/2025
- LDB, Lei nº 9.394, de 1996
- Decreto nº 5.622/2005
- Decreto nº 9.057/2017

# Publique na GIZ

Aqui você encontra o manual com o passo a passo para compartilhar seu artigo sobre temas relevantes às professoras e aos professores.

As submissões devem ser feitas exclusivamente através do e-mail [revistagiz@sinprosp.org.br](mailto:revistagiz@sinprosp.org.br), nos padrões e diretrizes indicados abaixo. É preciso incluir um endereço de e-mail e um contato telefônico válido para retorno.

Além disso, as submissões que não estiverem de acordo com as especificidades serão devolvidas aos autores para os ajustes necessários:

## Diretrizes para autores

- » A contribuição deve ser original e inédita, e não pode estar sendo avaliada para publicação por outra revista ou mídia; caso contrário, deve-se justificar em “Comentários ao editor”;
- » Todos os autores são responsáveis pela veracidade e idoneidade do trabalho;
- » O artigo deve representar uma contribuição relevante para o tema abordado, devendo apresentar referencial teórico consistente, argumentação clara e explícita e correção de linguagem. A correção linguística do texto é de responsabilidade do autor;
- » Os autores declaram não infringir as normas de



- conduta ética da produção e publicação do conhecimento;
- » Os artigos devem conter um título que corresponda à ideia geral do trabalho, não devendo exceder a 80 caracteres;
  - » A avaliação dos artigos respeitará a observação dos seguintes aspectos: adequação do artigo ao tema proposto por ele (com esclarecimento sobre seu objetivo, temática e, quando houver, procedimento metodológico e resultados); consistência teórico-metodológica (com relação aos conceitos, à densidade analítica e ideias conclusivas); relevância (com relação às frentes temáticas da GIZ); originalidade do trabalho; adequação à norma padrão da língua e à conduta ética;

## Condições para submissão

- » Só são aceitos textos em língua portuguesa;
- » Trabalhos apresentados em congressos serão aceitos desde que incorporem sugestões e melhorias discutidas e apresentadas no evento, o que deve ser informado em “Comentários ao editor”;

- » No momento da submissão, é preciso preencher as informações de cada um dos autores, que incluem: nome completo; nome para publicação (social ou versão reduzida de preferência); mini biografia de no máximo 200 caracteres com espaço; link doattes ou de outras referências de trabalhos (como livros e textos publicados, por exemplo), quando houver;
- » O arquivo da submissão está em formato Microsoft Word ou Google Documentos, adotando as normas ABNT para artigos técnico-científicos;
- » URLs para as referências devem ser informadas quando necessário;
- » A identificação de autoria deve ser informada no manuscrito e a equipe editorial garantirá o sigilo da avaliação cega pelos pares, ao retirar as informações antes de encaminhar aos avaliadores;
- » Cada artigo poderá ter no máximo três autores; Um autor não poderá ter mais de um artigo em processo de avaliação;
- » Os artigos devem conter entre 30 e 50 mil caracteres com espaço, incluindo notas e referências;
- » Os autores devem indicar três leituras ampliadas ao final dos artigos, com sugestões de aprofundamento para os leitores sobre o tema abordado.

## Padrão de formatação do artigo

- » Espaçamento entre linhas de 1,5;
- » Fonte no tamanho 12 e Times New Roman;
- » Itálico em vez de sublinhado (exceto em endereços URL);
- » A4, retrato;
- » Margens superior e esquerda 3 cm, margens inferior e direita 2 cm. As citações textuais diretas devem estar com recuo de 4cm, espaçamento simples e tamanho 10;

- » As figuras e tabelas estão inseridas no texto, não no final do documento na forma de anexos;
- » Texto justificado, exceto as referências, que são alinhadas à margem esquerda, com espaçamento simples e um espaço simples entre elas;
- » As tabelas, gráficos, fotografias e demais ilustrações deverão ser enviadas em alta qualidade e em formato editável. Devem ser numeradas, consecutivamente, na ordem incluída no texto e encabeçadas pelo título, e conter legendas sobre sua fonte/origem e outras informações necessárias para interpretação dela;
- » Notas de rodapé, quando existirem, devem ser breves e numeradas sequencialmente.
- » A lista de referências deve obedecer às normas da ABNT;
- » Para a lista de referências, seguem alguns exemplos:

## Livro

SOBRENOME, Nome Abreviado. Título: subtítulo (se houver). Edição (se houver). Local de publicação: Editora, data de publicação da obra.

ou

SOBRENOME, Nome Abreviado; SOBRENOME, Nome Abreviado. Título: subtítulo (se houver). Edição (se houver). Local de publicação: Editora, data de publicação da obra.

#### Artigo online

SOBRENOME, Nome Abreviado. Título: subtítulo (se houver). Nome do site, ano. Disponível em: (link). Acesso em: (data).

#### Artigo de revista

SOBRENOME, nome abreviado. Título do artigo. Título da Revista, (abreviado ou não) Local de Publicação, Número do Volume, Número do Fascículo, Páginas inicial-final, mês e ano.

#### Tese

SOBRENOME, nome. Título: subtítulo. Ano de apresentação. Número de folhas ou volumes. (Categoria e área de concentração) – Instituição, Local, ano da defesa.

#### Matéria de jornal

SOBRENOME, Nome. Título da matéria. Nome do jornal, cidade de publicação, dia, mês e ano. Seção (se houver). Disponível em: <URL>. Acesso em: dia, mês e ano.

#### Artigo/matéria de site

SOBRENOME, Nome. Título da matéria. Nome do site, ano. Disponível em: <URL>. Acesso em: dia, mês e ano.

#### Homepage

AUTOR OU ORGANIZAÇÃO. Nome do site, ano. Ementa (descrição). Disponível em: <endereço completo>. Acesso em: dia, mês e ano.

#### Declaração de Direito Autoral

- >> A publicação se reserva o direito de efetuar, nos originais, alterações de ordem normativa, ortográfica e gramatical, com vistas a manter o padrão culto da língua, respeitando, porém, o estilo dos autores;
- >> As provas finais não serão enviadas aos autores;
- >> Os originais não serão devolvidos aos autores;
- >> Os autores mantêm os direitos totais sobre seus trabalhos publicados na Revista GIZ, ficando sua reimpressão total ou parcial, depósito ou republicação sujeita à indicação de primeira publicação na revista, por meio da licença CC BY-NC-SA 4.0;
- >> Deve ser consignada a fonte de publicação original;
- >> As opiniões emitidas pelos autores dos artigos são de sua exclusiva responsabilidade;
- >> Cada autor receberá cinco exemplares da revista, caso esteja disponível no formato impresso.

#### Política de Privacidade

A GIZ segue as normas da LGPD. Os nomes e endereços informados nesta Revista são usados exclusivamente para os serviços prestados por essa publicação e o SinproSP na sua produção e divulgação, não sendo disponibilizados para outras finalidades ou a terceiros.

50 ANOS  
POR  
VLADIMIR

“

Quando perdermos a capacidade de nos indignarmos com as atrocidades praticadas contra outros, perdemos também o direito de nos considerarmos seres humanos civilizados.”


## Vladimir Herzog

Jornalista e professor, assassinado pela ditadura militar em 25 de outubro de 1975.



© INSTITUTO VLADIMIR HERZOG/REPRODUÇÃO

SINPROSP **85** ANOS

 (11) 5080-5988

   @sinprosp

Rua Borges Lagoa, 208, Vila Clementino, São Paulo, SP. CEP 04038-000